

INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES

CURSO DE ESTADO-MAIOR

2003/2005



TRABALHO INDIVIDUAL DE LONGA DURAÇÃO

**A SEGURANÇA MILITAR DAS UU/EE/OO
CONTRIBUTOS PARA A DEFINIÇÃO DE UM NOVO MODELO**

Luis Miguel Correia Cardoso

MAJ INF

Presidente do Júri: MGEN Aníbal José Rocha Ferreira da Silva

Arguente Principal: CORT Art Alfredo Nunes da Cunha Piriquito

Arguente: TCOR Cav Carlos Manuel de Matos Alves

Arguente: MAJ Art Hélder António da Silva Perdigão



ESTE TRABALHO É PROPRIEDADE DO INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES

ESTE TRABALHO FOI ELABORADO COM FINALIDADE ESSENCIALMENTE ESCOLAR, DURANTE A FREQUÊNCIA DE UM CURSO NO INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES, CUMULATIVAMENTE COM A ACTIVIDADE ESCOLAR NORMAL. AS OPINIÕES DO AUTOR, EXPRESSAS COM TOTAL LIBERDADE ACADÉMICA, REPORTANDO-SE AO PERÍODO EM QUE FORAM ESCRITAS, PODEM NÃO REPRESENTAR DOCTRINA SUSTENTADA PELO INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES.

Professor orientador:

TCOR CAV João Carlos Vaz Ribeiro do Amaral Brites



RESUMO

O presente trabalho tem como objectivo identificar o modelo da Segurança Militar existente no Exército e tendo em vista as alterações actualmente vividas decorrentes, por um lado da ameaça que paira hoje no mundo e por outro lado da transformação em curso no Exército, e propor a adopção de um novo modelo de segurança nas UU/EE/OO do Exército, conjugando a necessidade da redução de efectivos com a utilização de sistemas de segurança electrónicos.

Este assunto reveste-se de especial importância, pela sua actualidade, pelo facto de nunca ter sido objecto de um estudo, quer no âmbito do Curso de Estado-Maior, quer no do Curso Superior de Comando e Direcção e essencialmente porque a Segurança Militar é fundamental para preservar a integridade da Instituição Militar, constituindo um elemento chave da sua actuação, reflectindo-se em última instância, na sua capacidade de sobrevivência e valor operacional.

O trabalho está estruturado numa introdução, três capítulos, conclusões, propostas e recomendações e anexos. Foi seguida a seguinte metodologia: pesquisa bibliográfica, investigação documental e recolha de dados através da realização de entrevistas a personalidades de relevo na área da segurança militar no Exército, e ainda a responsáveis de Empresas civis de Segurança Privada. Esta foi a base que serviu de apoio para dar resposta à questão central por nós levantada, “*Qual o modelo de segurança a implementar nas UU/EE/OO do Exército no futuro?*”.

No final, concluímos que:

- É vantajosa a manutenção de uma célula no EME, vinculada à DIM, para apoio ao CEME;
- O Canal Técnico pode-se iniciar numa Unidade dependente do Comando Operacional das Forças Terrestres;
- O vector humano é fundamental, embora consideramos de grande auxílio a implementação de sistemas de segurança electrónicos;
- A segurança das instalações deve ser garantida, preferencialmente, por pessoal militar, em detrimento de empresas civis de segurança privada, mas proporcionando aos militares a formação adequada;



ABSTRACT

The present document intends to identify the existing Military Security within the Army and, while analysing the changes which are currently experienced, whether concerning the imminent threats to the world in our days and the transformation going on within the Army, with the purpose to put forward for consideration the adoption of a new security model in the Army UU/EE/OO (Units/Establishments/Organisms), having in consideration the reduction of military personnel and using electronic security systems

This is a matter of great importance, because of its actuality, because it has never been a case study, within a Staff Course or in the Command and Management College Degree and essentially because Military Security is a crucial factor in the preservation of the Military Institution integrity, functioning as a key element in the way the Military Institution acts and reflecting itself upon its survival and operational value capabilities.

This document is composed of an introduction, three chapters, conclusions, motions and recommendations and annexes. We used the following methodology: bibliographic research, documental research and data gathering, through interviews to great personalities in the Army Military Security area and to those who are in charge of civil Private Security Enterprises. This was the supporting basis we needed in order to get answers to the main question we pointed out, which is: “In the future, which security model should be implemented in the Army UU/EE/OO?

In the end, we reached the following conclusions:

- Maintaining a cell in the Army Staff, which is linked to the Military Intelligence Division, in support of the Army Chief of Staff, is beneficial;
- The Technical Channel can be initiated in a Unit depending upon the Land Forces Operational Command;
- The human element is a crucial one, although we might consider that implementing electronic security systems can be of great utility;
- Military personnel, instead of civil private security enterprises, should preferably, assure the facilities’ security. Taking this in consideration, the appropriate training must be granted to the military personnel;



DEDICATÓRIA

*À Eugénia e ao Duarte e João, minha esposa e filhos,
presto a minha sentida homenagem pelo alheamento
votados em períodos da vida tão especiais como os que
foram vividos recentemente.*



AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os que, de uma forma directa ou indirecta, contribuíram para a elaboração deste trabalho. Sem o apoio prestado maiores seriam as dificuldades, já de si elevadas, em abordar este tema.

À família, amigos e camaradas pelo entusiasmo, incentivo e confiança transmitidos.

Gostaria de agradecer, em particular, pela pronta disponibilidade com que me receberam e pela informação que me facultaram, aos:

- TCOR CAV Eduardo Fernando Alves da Costa, Chefe Interino da DIM/EME
- TCOR CAV Rui Alves Tavares Ferreira, Chefe da RepSeg/DIM/EME
- TCOR INF Ricardo Manuel Pereira Veigas, Chefe da ROIS/QG/GML
- MAJ INF Pedro Duarte da Rocha Ferreira, Chefe da SIS/ROIS/QG/GML
- COR INF José Eugénio Pascoal Barradas, Cmdt do CMEFD
- CAP INF Paulo Jorge Pereira da Silva de Castro Ferreira, Chefe da SOIS/CMEFD
- COR CAV Luís Miguel Correia David e Silva, Cmdt do RL2
- TCOR CAV Rui Jorge do Carmo Cruz Silva, 2ºCmdt do RL2
- TCOR INF António José Almeida Rebelo Marques, Cmdt do BISM
- MAJ INF Fernando José Lima Alves, 2ºCmdt do BISM
- MAJ AM Pedro Manuel de Oliveira Guimarães, da DSF
- MAJ (Ref) João Bicho Beatriz, Director Operacional da 2045 Empresa de Segurança SA

a todos, a minha mais elevada estima e consideração.

Uma palavra de reconhecimento especial ao TCOR CAV Amaral Brites, meu orientador, pelo seu valioso contributo na elaboração deste trabalho.

Neste momento, como noutros, lembro ainda a forma solícita, diligente e educada com que as senhoras funcionárias da Biblioteca do Instituto de Altos Estudos Militares, sempre me atenderam.



LISTA DE ABREVIATURAS

A.Ops – Adjunto para as Operações
A.Plan – Adjunto para o Planeamento
Artº – Artigo
BISM – Batalhão de Informações e Segurança Militar
CEME – General Chefe do Estado-Maior do Exército
CEMGFA – General Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
CEM – Chefe do Estado-Maior
ChAT – Chefia de Abonos e Tesouraria
CISM – Centro de Informações e Segurança Militar
Cmdt – Comandante
Cmdt/Dir/Chefe – Comandante/Director/Chefe
CmdInst – Comando de Instrução
CmdLog – Comando da Logística
CmdPess – Comando do Pessoal
COA – Comando Operacional dos Açores
COC – Centro de Operações Conjunto
COFAR – Centro de Operações das Forças Armadas
COFT – Comando Operacional das Forças Terrestres
COM – Comando Operacional da Madeira
DICSI – Divisão de Comunicações e Sistemas de Informação – EMGFA
DIM – Divisão de Informações Militares – EME
DIMIL – Divisão de Informações Militares – EMGFA
DIOP – Divisão de Operações – EMGFA
DIPLAEM – Divisão de Planeamento Estratégico-Militar – EMGFA
DIREC – Divisão de Recursos – EMGFA
DR – Diário da República
DSF – Direcção dos Serviços de Finanças
DST – Direcção dos Serviços de Transmissões
EMCC – Estado-Maior Coordenador Conjunto
EME – Estado-Maior do Exército
EMEL – Escola Militar de Electromecânica



EMGFA – Estado-Maior-General das Forças Armadas
EPT – Escola Prática de Transmissões
EPR – Entidade primariamente responsável
GML – Governo Militar de Lisboa
IAEM – Instituto de Altos Estudos Militares
IGE – Inspeção Geral do Exército
OCAD – Órgãos de Comando, Administração e Direcção
OAG – Órgão de Apoio Geral
QG – Quartel-General
QO – Quadro Orgânico
QP – Quadro Permanente
QQA/S – Qualquer Arma ou Serviço
PE – Polícia do Exército
PMG – Preparação Militar Geral
RAG – Repartição de Apoio Geral - EMGFA
RC – Regime de Contrato
RepSeg – Repartição de Segurança
RIC – Repartição de Informação Corrente - EMGFA
RMN – Região Militar Norte
RMS – Região Militar Sul
RM/ZM/GU – Região Militar/Zona Militar/Grande Unidade
ROIS – Repartição de Operações, Informações e Segurança
RPIB – Repartição de Planeamento e Informação Básica - EMGFA
RSM – Repartição de Segurança Militar - EMGFA
RV – Regime de Voluntário
SCEME – Sub-Chefe do Estado-Maior do Exército
SEN – Serviço Efectivo Normal
SIS – Secção de Informações e Segurança
SOIS – Secção de Operações, Informações e Segurança
UU/EE/OO – Unidades, Estabelecimentos ou Órgãos
VCEME – General Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército
ZMA – Zona Militar dos Açores
ZMM – Zona Militar da Madeira



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. CARACTERIZAÇÃO DA AMEAÇA	7
2. CARACTERIZAÇÃO DO ACTUAL MODELO.....	10
2.1 ORGANIZAÇÃO.....	10
2.1.1 Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA).....	10
2.1.2 Estado-Maior do Exército (EME)	11
2.1.3 Comandos Territoriais.....	14
2.1.4 Unidades/Estabelecimentos/Órgãos do Exército	16
2.1.5 O fluxo de informação.....	18
2.2 FORMAÇÃO E INSTRUÇÃO	19
Batalhão de Informações e Segurança Militar	20
2.3 INSPECÇÃO.....	20
2.3.1 Inspeção Geral do Exército (IGE)	20
2.3.2 Comandos Territoriais.....	20
2.4 OUTRAS ENTIDADES	21
2.5 ENTIDADES SEM RESPONSABILIDADES NA SEGURANÇA MILITAR.....	21
2.5.1 Os Órgãos Centrais de Administração e Direcção (OCAD)	21
2.5.2 O Comando Operacional das Forças Terrestres (COFT)	21
2.6 MECANISMOS E MEDIDAS DE SEGURANÇA.....	22
2.6.1 Sistemas de segurança electrónicos.....	22
2.6.2 Recurso a Empresas civis de segurança	23
2.6.3 Mecanismos de Segurança	24
2.7 DISFUNÇÕES IDENTIFICADAS NA ACTUAL ESTRUTURA	26
3. CONTRIBUTOS PARA UM NOVO MODELO	28
3.1 ORGANIZAÇÃO.....	29
3.1.1 Opção 1 – A DIM mantém as actuais competências a nível de Segurança	29
3.1.2 Opção 2 – A DIM vê reduzidas as suas competências a nível de Segurança	31
3.1.3 Opção 3 – A DIM não tem competências a nível de Segurança	34
3.2 FORMAÇÃO E INSTRUÇÃO	35
3.3 INSPECÇÃO.....	38



3.4 MECANISMOS DE SEGURANÇA	38
3.4.1 Sistemas de Segurança electrónicos	38
3.4.2 Pessoal Militar versus Empresa civil de segurança.....	40
3.4.3 Mecanismos de Segurança	42
CONCLUSÕES	43
PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES.....	47
BIBLIOGRAFIA	48
ANEXOS	



ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º. 1 - Organograma do EMGFA.....	11
Figura n.º. 2 - Organograma da DIMIL.....	11
Figura n.º. 3 - Organograma do EME	12
Figura n.º. 4 - Organograma do DIM	13
Figura n.º. 5 - Fluxo de Informação Actual.....	19
Figura n.º. 6 - Fluxo de Informação na Opção 1	30
Figura n.º. 7 - Fluxo de Informação na Opção 2	32
Figura n.º. 8 - Fluxo de Informação na Opção 3	34

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo A - Articulado do PERINTREP do DIM/EME	Anx A/1
Anexo B - Articulado do PERINTREP da RM/ZM.....	Anx B/1
Anexo C - Organograma, Missão e Atribuições do BISM	Anx C/1
Anexo D - Fichas de Apresentação do Curso de Segurança	Anx D/1
Anexo E - Medidas a implementar nos diferentes Estados de Segurança	Anx E/1
Anexo F - Portaria 1352/2001 de 04/DEC	Anx F/1
Anexo G - Requisitos para os equipamentos electrónicos	Anx G/1



INTRODUÇÃO

A Segurança de um povo, a par do Bem Estar, é um dos Objectivos Essenciais de um Estado, assumindo este a responsabilidade de a garantir, perante os seus concidadãos, de uma forma eficaz.

O Exército é um dos meios disponíveis de um Estado para cumprir este desiderato, nomeadamente contra ameaças externas. Por isso possui um conjunto de pessoal, equipamentos e armamento à sua responsabilidade, sendo sua obrigação garantir o seu correcto emprego e manuseamento e ainda garantir a sua defesa contra intenções ou actos tendo em vista a sua deterioração ou mesmo destruição.

Assim sendo, também a Segurança Militar das Unidades, Estabelecimentos e Órgãos (UU/EE/OO) do Exército é de grande importância para a salvaguarda de valores essenciais, contribuindo assim para a estabilidade de uma Nação. A maior parte das instalações militares tem, como já foi referido, à sua guarda armamento, incluindo munições e explosivos que, quando em mãos erradas, podem criar a desordem em toda uma comunidade, com resultados extremamente negativos, não só pela destruição que poderia causar mas também pelo descrédito de uma Instituição que tem como principal missão garantir a defesa da própria comunidade.

O Exército atravessa, hoje em dia, um período dos mais importantes da sua história. As alterações vão ser profundas em vários aspectos.

A primeira, fruto do fim do Serviço Efectivo Normal, o seu efectivo vai ser, a partir deste momento, baseado apenas em voluntários, tendo o Exército que criar ou implementar os incentivos necessários para que a juventude portuguesa queira vir servir nas suas fileiras, procurando aliciar os melhores elementos da sociedade. Para que isto seja possível, tem o Exército que proporcionar as melhores condições possíveis, quer durante a sua estadia no activo, quer também no regresso destes elementos à sociedade civil. Estes recursos são ainda escassos, pelo que é de grande importância a racionalização dos mesmos, utilizando, sempre que a situação o permitir, equipamentos electrónicos para auxílio no cumprimento da missão.

Outro aspecto prende-se com a transformação que o Exército vai ser alvo, prevista na Directiva n.º193/03 do CEME, quer na sua estrutura operacional, quer na sua estrutura territorial. Ao serem extintas entidades com responsabilidades na área da segurança, e para garantir que esta permanece num patamar elevado, urge criar novas estruturas ou então atribuir as tarefas por estas



desempenhadas a outras entidade já existentes e com capacidade de garantir a continuação, de um modo eficaz, dos padrões de segurança existentes nas UU/EE/OO do Exército.

Acresce, a este período de transformação, o emergir de ameaças que, no final do século passado seriam improváveis. Nesta sociedade globalizada, o terrorismo não conhece fronteiras e constitui apenas mais uma arma ao dispor dos diversos grupos de pressão mundial, sejam eles de índole económica, religiosa, política ou simplesmente nacionalista. O acesso destas organizações às Informações militares e aos materiais à guarda das Unidades militares, nomeadamente de explosivos, é uma situação que qualquer Estado tem de negar para melhor garantir a segurança do seu povo.

Apesar deste ambiente de incerteza que actualmente se vive, Portugal, até hoje, não foi palco de nenhuma acção violenta, mesmo tendo organizado grandes eventos internacionais, como os que foram realizados no corrente ano, situação esta que se deseja manter para o futuro.

É neste contexto que estão inseridas as UU/EE/OO do Exército e que no capítulo da segurança, quer com a alteração da ameaça, quer com a evolução tecnológica dos equipamentos de segurança do último século, urge redefinir no sentido de garantir, cada vez com maior eficácia, que a ocorrência de acções contra a segurança das mesmas, que são danosas para o País, não se venham a verificar.

Face ao que foi salientado, é o objectivo deste estudo contribuir para que se possa reduzir o efectivo que actualmente é destinado a funções de segurança sem por em causa a guarda do capital humano e material duma Instituição com séculos de existência e de grande prestígio.

Dada a ameaça que hoje se vive é, este estudo, de grande importância, no sentido de garantir com a maior eficiência o bom funcionamento da organização e a certeza que o seu valor operacional não é posto em causa, ou que os seus materiais e equipamentos não são utilizados para fins indevidos.

Dada a vastidão do tema em apreço, este estudo vai-se delimitar apenas à investigação da segurança dos materiais e instalações, em tempo de paz, por ser, do ponto de vista do autor, a subdivisão mais crítica dentro da segurança militar.

Tem, por isso, a seguinte questão central: “Qual o modelo de segurança física a implementar nas UU/EE/OO do Exército no futuro?” da qual derivam outras que contribuem para a abordagem da mesma. São elas:

- Qual é a ameaça que se opõe a uma UU/EE/OO militar?



- Qual o canal hierárquico e técnico mais exequível e funcional, tendo como base a “DIRECTIVA PARA A TRANSFORMAÇÃO DO EXÉRCITO” e a consequente desactivação¹ das Regiões Militares?
- Em que vector se deve apostar para garantir esta eficácia? No vector humano, com a vantagem de não exigir a curto prazo investimentos avultados e assim ser aparentemente mais económico e mais adaptável, mas por outro lado exigir recursos humanos elevados? Ou por outro lado apostar no vector tecnológico, talvez mais seguros mas com custos económicos elevados? Ou num sistema em que estes dois vectores são integrados para uma eficácia e eficiência superior?
- Face aos efectivos existentes em praças será mais eficaz contratar empresas civis de segurança privada?
- Será a instrução ministrada aos quadros de pessoal do Exército, a todos os níveis, adequada para garantir esta segurança?
- Qual o papel do Batalhão de Informações e Segurança Militar?

Em resposta a estas questões, elaborámos um conjunto de hipóteses que orientaram o nosso trabalho:

- A ameaça à Segurança Militar de uma UU/EE/OO é uma ameaça credível.
- O canal hierárquico e técnico, tendo em vista as transformações que se vão efectuar no Exército, continua a iniciar-se no Estado-Maior do Exército.
- O Batalhão de Informações e Segurança Militar vai ser a Unidade no Exército de referência em termos de segurança militar.
- O vector humano continua como fundamental para a segurança militar, embora a utilização do vector tecnológico é um auxílio de grande utilidade na segurança militar.
- A Segurança das instalações do Exército deve, como do antecedente, ser assegurada por militares, garantindo-lhes a Instituição militar a formação adequada.

No sentido de confirmar a sua veracidade foi traçado o seguinte percurso metodológico:

- Pesquisa bibliográfica;
- Investigação documental;

¹ Quando se fala em desactivação entende-se como extinção.



- Recolha de dados através da realização de entrevistas a personalidades de relevo, por se constituírem como responsáveis ou ex-responsáveis pelas mais altas instâncias de segurança militar

Neste trabalho de investigação serão utilizados termos e conceitos que importa definir:

- **Ameaça** entende-se por este termo a intenção dada a conhecer, ou percebida, de prejudicar interesses de outrem, conjugada com a capacidade para a concretizar.
- **Segurança**² abrange um conjunto de medidas ou disposições tomadas por um comando para se proteger contra as interferências, a observação, a espionagem e a sabotagem por parte do inimigo. A sua finalidade é evitar a surpresa, garantir a liberdade de acção, preservar o segredo, o pessoal, instalações e materiais.

Esta segurança assenta nos seguintes fundamentos:

- Estabelecimento de medidas destinadas a detectar qualquer ameaça, a garantir o tempo e o espaço para se reagir àquela e, finalmente, a evitar, neutralizar ou destruir a ameaça;
 - Cada unidade é responsável pela sua própria segurança, independentemente daquela que lhe possa ser proporcionada por outras unidades;
 - O volume, composição e localização das forças de segurança devem ser adequados à ameaça a que se destinam fazer face;
 - As medidas de segurança não devem obrigar ao desvio de forças do cumprimento da missão, além do estritamente necessário.
- **Contra-Informação**³ compreende as medidas de segurança, activas ou passivas, de natureza militar e civil, destinadas a salvaguardar as nossas actividades, possibilidades e intenções, o pessoal, o material e as instalações, contra actividades de informação, subversão e sabotagem desenvolvidas pelo inimigo, externo ou interno, actual ou potencial.

² RC-130-1 Operações – Volume I, Estado-Maior do Exército, 1987, 6-1. Apesar desta definição se encontrar no Regulamento para Operações, julga-se que é aplicável também a tempo de paz, e assim estar em consonância com o âmbito deste trabalho.

³ Instruções de Segurança Militar no Exército – CINFO 0, Ministério do Exército, 1968, 1-2



As medidas⁴ de Contra-Informação integram-se nas seguintes acções gerais:

- Segurança militar
 - Segurança civil
 - Segurança das fronteiras, viajantes e bagagens
 - Censura
 - Acções especiais
- **Segurança Militar**⁵ entende-se como “conjunto de actividades que abrangem todas as medidas, activas e passivas, adoptadas por uma Unidade, Estabelecimento ou Organismo, em relação ao meio militar, para a sua protecção contra as actividades⁶ de informação, subversão e sabotagem, desenvolvidas pelo inimigo”.

Continuando a referir o mesmo documento estas medidas que constituem a segurança militar podem ser classificadas em três grupos:

- Segurança das Informações;
- Segurança do Pessoal;
- Segurança dos Materiais e Instalações.

A implementação e o controlo destas medidas de segurança não são apenas da responsabilidade dos Oficiais de Segurança das UU/EE/OO, mas de todos os Oficiais, Sargentos, Praças e Civis que nelas servem. “*Sem a cooperação de todo o pessoal não é possível o estabelecimento dum sistema de segurança que funcione eficazmente.*”⁷”

As medidas passivas destinam-se a PREVENIR e EVITAR violações de segurança e as activas a DETECTAR e NEUTRALIZAR acções hostis⁸.

São exemplos destas medidas as seguintes: Aplicação do princípio da “necessidade de conhecer”, Segredo, Credenciação, Autenticação, Ocultação, Camuflagem, Decepção, Controlo de Acessos, Obstáculos, Alarmes e Guardas, Patrulhas, Inspeções de Segurança entre outras.

⁴ Regulamento de Campanha – Informações (Informação e Contra-Informação) Ministério do Exército 1966

⁵ Instruções de Segurança Militar no Exército – CINFO 0, Ministério do Exército, 1968, I -3

⁶ A estas actividades e, dada a conjuntura internacional, devem ser acrescentadas o terrorismo e o crime organizado, que tem sido utilizado em diversos países e que representa para toda a sociedade neste início de século uma ameaça credível e muito violenta.

⁷ Instruções de Segurança Militar no Exército – CINFO 0, Ministério do Exército, 1968, II -5

⁸ Guia do Oficial de Segurança – Estado-Maior do Exército, 1982, 9



- **Subversão** – é uma acção destinada a desviar a lealdade do nosso pessoal, com o objectivo de o tornar indiferente, desafecto ou, mesmo, de o levar a cooperar com o inimigo.
 - **Sabotagem** – é toda a acção clandestina, destinada a provocar danos ou avarias no material e a provocar a destruição, mesmo que parcial, de instalações.
 - **Espionagem** – procura da obtenção de notícias, pelos Serviços de Informações Inimigos, com interesse para as suas acções futuras de natureza militar, psicológica, política, económica ou de qualquer outra natureza, susceptíveis de afectar a segurança.
- Tanto a Sabotagem como a Espionagem podem ser efectuadas por dois tipos de agentes: o Traidor – elemento das nossas forças que, por motivos vários, fornece à força opositora, sem autorização, informação classificada ou pratica acções com vista à neutralização dos nossos materiais e instalações; e o Agente Infiltrado (Espião ou Sabotador) – elemento da força opositora, dentro da nossa organização, que procura obter a informação desejada ou a neutralização de equipamentos ou instalações.
- **Terrorismo** – conjunto de acções violentas levadas a efeito por elementos subversivos com a finalidade de criar um clima de medo, que entrave certas actividades e serviços essenciais, empregando normalmente a detonação de cargas explosivas em áreas de grande concentração populacional, o sequestro ou a eliminação física de determinadas individualidades.

Este estudo articula-se em três capítulos: o primeiro, onde se caracteriza, resumidamente, qual a ameaça que se opõe à sociedade portuguesa em geral e às UU/EE/OO em particular; o segundo capítulo, onde vai ser caracterizado o actual modelo (entidades com responsabilidade no nosso Exército em termos de segurança militar, alguns mecanismos em uso, as principais disfunções detectadas). No terceiro capítulo, irão ser apresentadas várias possíveis soluções de serem adoptadas num futuro modelo de segurança militar com vista à resolução dos problemas detectados.

Terminamos o trabalho com a dedução das principais conclusões do estudo, referindo os aspectos que mais poderão influenciar a execução da segurança militar e com a apresentação de propostas e recomendações de procedimentos, que em nosso entender mais poderão contribuir para uma melhor adequação das medidas a adoptar em segurança militar nas UU/EE/OO.



1. CARACTERIZAÇÃO DA AMEAÇA

Quando se debate “Segurança”, qualquer que seja o tipo ou forma, não se pode fazê-lo sem se equacionar o tipo e grau de ameaça a que se está sujeito, e que influiu directamente no que se quer seguro. Esta relação é directamente proporcional, ou seja, quando existe um aumento da ameaça, devem ser implementadas novas medidas de segurança, utilizando-se cada vez procedimentos mais restritivos ou acções mais activas, com o intuito de fazer face ao aumento do perigo que representa a ameaça.

A segurança, quer-se activa e não reactiva, ou seja, tem que ser garantida em todos os momentos e tem sempre que se antecipar aos actos decorrentes de uma determinada ameaça, o que conduz a que esta ameaça tem de ser permanentemente avaliada e as medidas de segurança introduzidas antes de ter sido levada a cabo qualquer acção que ponha em risco o objecto que se quer seguro. O velho provérbio português – “Depois de casa roubada trancas na porta” – é o oposto do que se pretende que aconteça.

Existirá então uma ameaça credível que possa por em causa o normal funcionamento das UU/EE/OO do Exército e para a qual se impõe que sejam adoptadas medidas de segurança específicas? Será o Exército um alvo remunerador ou estará sujeito a acções contra a sua segurança como outra qualquer entidade nacional?

Para caracterizar a ameaça que se coloca à sociedade portuguesa em geral, e ao Exército em particular, teremos que analisar os riscos mais comuns à segurança nas instalações militares, como sejam, o furto de materiais, que possam ter algum valor monetário no mercado civil, efectuado, normalmente, por elementos consumidores de estupefacientes, entre outros, ou factores bem mais importantes e com grande desenvolvimento no início deste século, como o terrorismo à escala mundial com o intuito de reivindicações não só territoriais, mas também religiosas e políticas.

Se com os acontecimentos no leste europeu, no final do século passado, que conduziram ao fim da Guerra Fria, em que a espionagem tinha um papel importante nas Nações, com vista à tentativa de descoberta de segredos militares, quer relativos à doutrina aplicada, quer relativos ao desenvolvimento de armamento utilizado, poderá ter existido uma diminuição da ameaça que pesava sobre a sociedade em geral e a Instituição militar em particular, com a entrada neste novo século e o aparecimento mais activo de organizações terroristas aumentou significativamente esta ameaça.



Em relação a este último fenómeno, pelos métodos que utiliza, nomeadamente a execução de atentados terroristas com base em detonação de fortes cargas explosivas em locais onde no dia a dia existe uma grande concentração populacional com o intuito de provocar um número elevado de vítimas, cria um ambiente de medo e terror na sociedade de qualquer país do mundo. A participação activa de Portugal nos actuais conflitos internacionais, como por exemplo no Iraque, aumenta o risco efectivo do Estado português poder ser alvo de acções deste tipo de organizações. Como foi caracterizado pelo Gen Loureiro dos Santos “Eis o terrorismo global ou terrorismo pós-moderno”⁹. A actuação de redes terroristas está disseminada por todo o mundo, desde os Estados Unidos da América, passando pela Indonésia, Marrocos e Madrid, referindo apenas alguns dos mais recentes exemplos, evidenciando que não existe país nenhum no mundo que se considere a salvo deste tipo de actos. Para que isto seja possível, existem elementos destas redes integrados na população local, em todos os países com a missão de, além de recrutar novos elementos para a organização, também esperar uma janela de oportunidade para conseguir os meios para a prática destes actos, não só no próprio país mas também em atentados noutros países, dada a facilidade do transporte e de movimentação de pessoas e bens que actualmente se vive no mundo.

“Para se estar em condições de fazer face às ameaças que pesam sobre a segurança da Nação há absoluta necessidade de manter um serviço de informações que tenha capacidade de pesquisar notícias sobre as capacidades, a oportunidade de desencadeamento de acções e as probabilidades de sucesso das organizações, dos movimentos, das frentes e das Brigadas potencialmente hostis”¹⁰.

A Lei n.º 4/95, de 21 de Fevereiro, aprovou alterações à Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa, Lei n.º 30/84, de 5 de Setembro, que traduzem uma concentração da competência para a produção de informações em dois serviços: o *Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares*, incumbido da produção de informações destinadas a garantir a independência e os interesses nacionais, a segurança externa do Estado e as que contribuam para o cumprimento das missões das Forças Armadas e para a segurança militar, e o *Serviço de*

⁹ Gen Loureiro dos Santos, CONVULSÕES, Ano III da «Guerra» ao Terrorismo, Publicações Europa-América, Mem Martins, Abril 2004, 202

¹⁰ Gen Pedro Cardoso. AS INFORMAÇÕES EM PORTUGAL, Gradiva/Instituto de Defesa Nacional, 2ª Edição, Lisboa, Março 2004, 267



Informações de Segurança, incumbido da produção das informações destinadas a garantir a segurança interna.

Estas agências de informação têm um papel de extrema importância, avaliando permanentemente a ameaça e efectuando o controlo de indivíduos suspeitos que possam estar integrados na população portuguesa e que estejam ao serviço destas organizações ou sejam apenas seus simpatizantes.

Apesar de ser esta a ameaça considerada mais perigosa não poderemos deixar de salientar outras ameaças, que tendo um grau de perigosidade menor mas a probabilidade de ocorrência é maior. São elas o roubo ou furto de valores ou material com valor no mercado civil, ou mesmo incêndios ou inundações com vista à destruição de bens, quer sejam provocados pela natureza ou pela mão humana.

É neste contexto que estão inseridas as UU/EE/OO do Exército na sociedade portuguesa. Não é previsível que as instalações ou mesmo os militares ou civis do Exército sejam alvo de um atentado terrorista em Portugal, por não ser este o método mais usual de actuação destes movimentos, mas não podemos esquecer que em muitas instalações militares existem explosivos e armamento que poderão ser alvo de acções com vista ao seu furto para futuro emprego não só em Portugal como em outro qualquer país do mundo. Apesar de não ter existido ainda qualquer acção que se possa enquadrar a este nível, outras como, o furto de valores monetários ou de equipamentos já não são novidade na Instituição militar.



2. CARACTERIZAÇÃO DO ACTUAL MODELO

Para a caracterização do actual modelo iremos de seguida efectuar uma sistematização das entidades com influência nesta área iniciando-se este capítulo com uma esquematização do edifício estrutural do Exército, em termos de Segurança Militar. De seguida vão-se identificar as entidades com responsabilidades na formação e instrução, de inspecção, outras com responsabilidades na área e para terminar entidades actualmente sem responsabilidades mas que com a nova estrutura do Exército poderão passar a ter responsabilidades nesta área. Vão ser identificados ainda alguns mecanismos de segurança, terminando este capítulo com a descrição das disfunções identificadas.

2.1 ORGANIZAÇÃO

Quanto à organização da segurança no Exército, entendeu-se necessário também incluir a entidade superior ao Exército em termos de segurança. Assim a cadeia da Segurança Militar tem início no Estado-Maior-General das Forças Armadas e termina nas UU/EE/OO.

2.1.1 Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA)

O EMGFA¹¹ tem por atribuições planear, dirigir e controlar o emprego das Forças Armadas no cumprimento das missões e tarefas operacionais que a estas incumbem. O Centro de Operações das Forças Armadas é o órgão destinado a permitir ao General Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) o exercício do comando operacional das Forças Armadas. Tem na sua estrutura um Estado-Maior Coordenador Conjunto, o Centro de Operações das Forças Armadas, os Comandos de operações e os Comandos-chefes que eventualmente se constituam na dependência do CEMGFA. O Centro de Operações das Forças Armadas é o órgão destinado a permitir ao CEMGFA o exercício do comando operacional das Forças Armadas. Este órgão é constituído por: a Divisão de Informações Militares (DIMIL), a Divisão de Operações (DIOP) e o Centro de Operações Conjunto (COC) e é dirigido pelo Adjunto do CEMGFA para as operações.

¹¹ Decreto-lei n.º 48/93 de 26 de Fevereiro

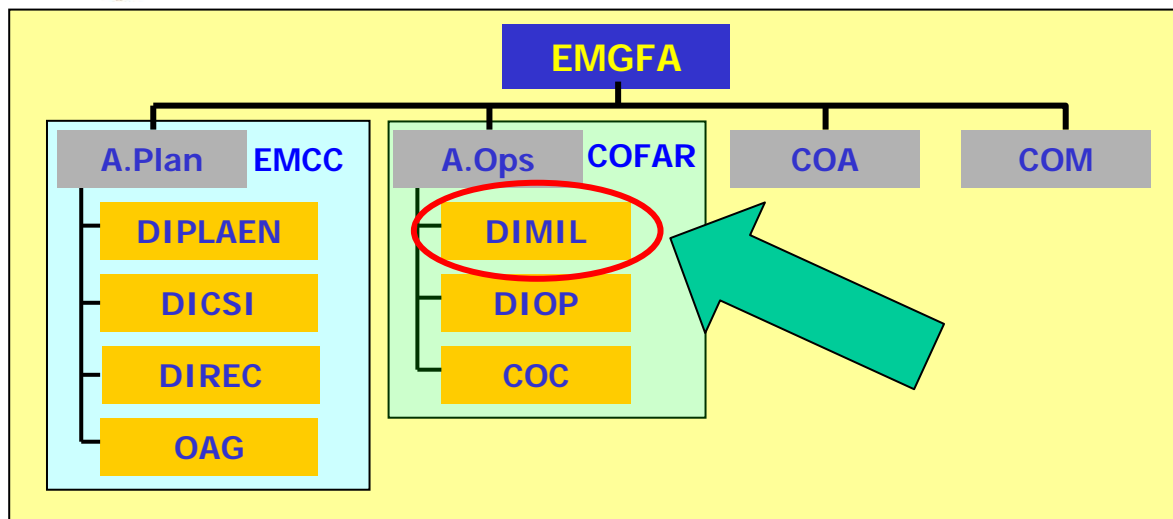


Figura nº. 1 - Organograma do EMGFA

A DIMIL presta apoio de Estado-Maior no âmbito das Informações e da Segurança Militar e tem na sua estrutura uma Repartição de Segurança Militar competindo-lhe o estudo, proposta e supervisão das medidas de segurança a aplicar para garantir a segurança militar.

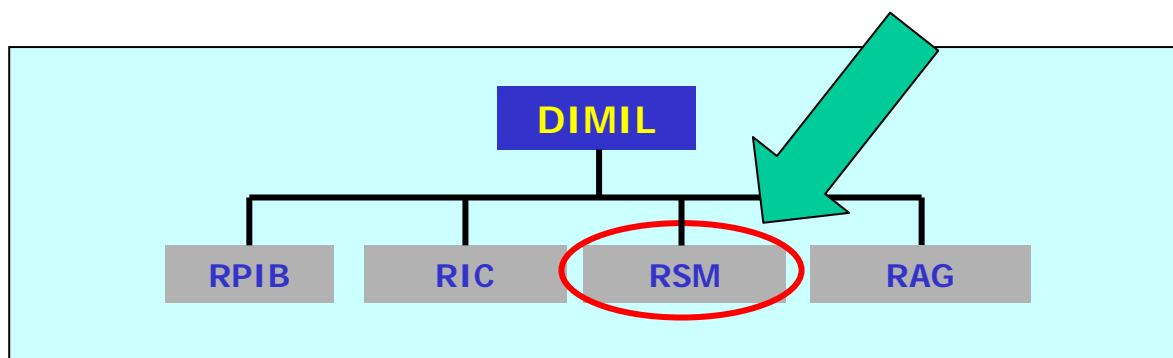


Figura nº. 2 – Organograma da DIMIL

2.1.2 Estado-Maior do Exército (EME)

O EME¹² constitui o órgão de planeamento e apoio à decisão do General Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), em especial no que respeita às actividades de organização, preparação, emprego operacional, administração e mobilização de forças do Exército, é dirigido pelo General Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército (VCEME) e é coadjuvado por um Oficial General designado por Sub-Chefe do Estado-Maior do Exército (SCEME).

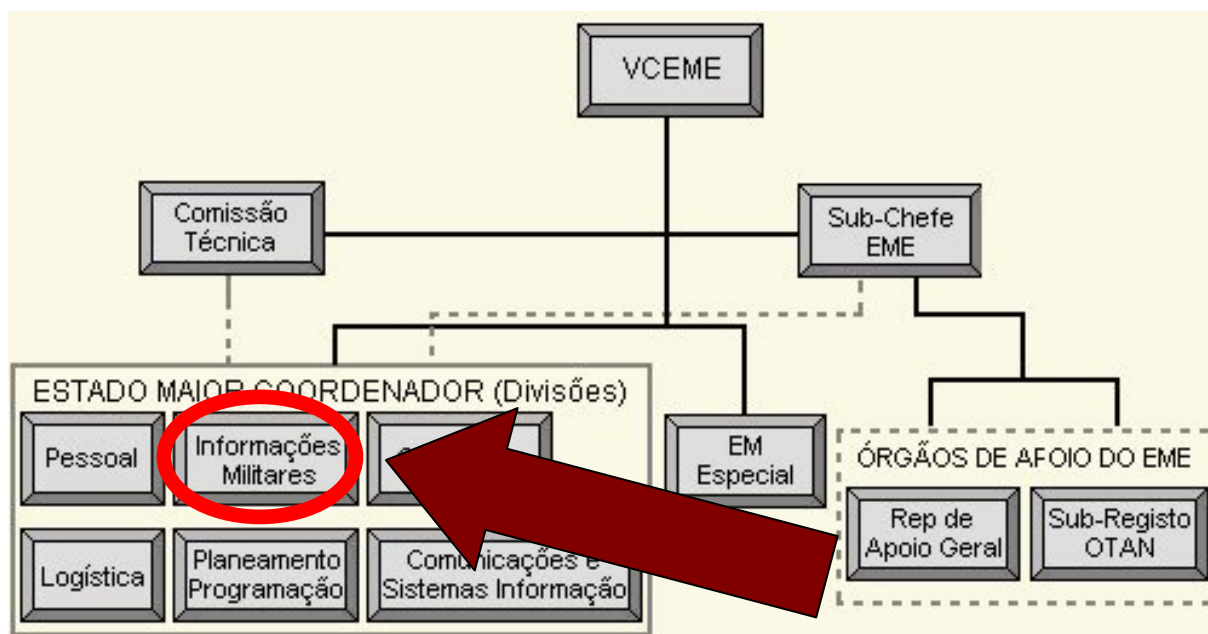
¹² Decreto Regulamentar n.º 43/94 de 2 de Setembro



O EME compreende: O Estado-Maior Coordenador, o Estado-Maior Especial e os órgãos de apoio.

Ao Estado-Maior Coordenador compete, entre outras:

- Recolher, comparar, analisar e difundir a informação sobre as ameaças reais ou potenciais e, em conformidade, reajustar os planos operacionais e de forças, no respectivo âmbito de actuação;
- Estudar, planear e programar as actividades do âmbito de pessoal, informações e segurança, apoio logístico e instrução e treino, incluindo os aspectos que se relacionam com a administração financeira, as comunicações, a guerra electrónica, a defesa nuclear, bacteriológica e química, a vigilância do campo de batalha e a logística de produção.



Fonte: www.exercito.pt

Figura nº. 3 - Organograma do EME

Este órgão dispõe na sua estrutura numa Divisão de Informações Militares (DIM), à qual compete estudar, planear, organizar e coordenar as actividades de informações e contra-informação militares, no âmbito do Exército, e difundir as normas técnicas, os planos e as directivas que orientem e determinem as acções a realizar no âmbito das suas áreas de responsabilidade, cabendo-lhe em especial, na área da segurança:

- Processar e difundir notícias e informações sobre actividades que possam afectar a segurança militar;
- Promover a realização dos inquéritos de segurança, segundo as normas estabelecidas para as credenciações na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e nacional, com



vista ao preenchimento dos requisitos exigidos pelos processos de credenciação do pessoal destinado a funções que os requeiram;

Para o cumprimento da sua missão esta Divisão compreende: a Repartição de Estudos, a Repartição de Informações, a Repartição de Segurança (RepSeg), a Repartição de Ligação aos Adidos e uma Secretaria.

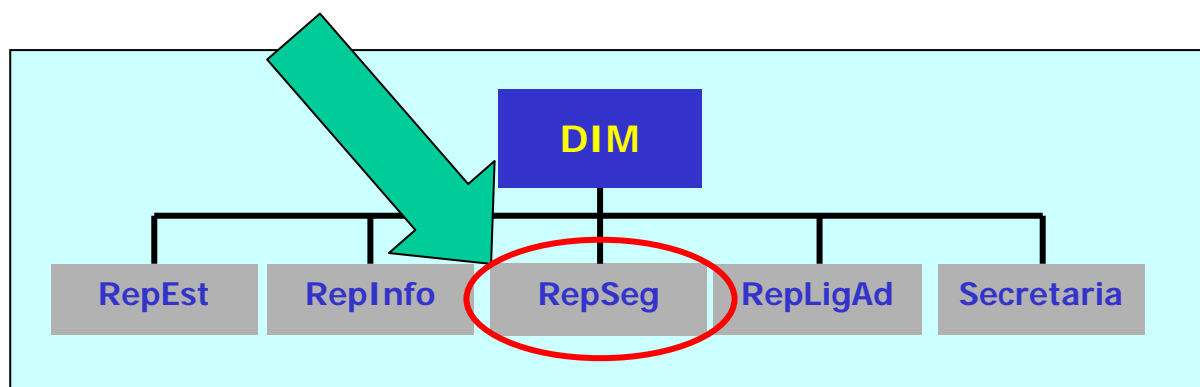


Figura nº. 4 - Organograma da Divisão de Informações Militares/DIM

Tem ainda na sua dependência técnica o Batalhão de Informações e Segurança Militar (BISM). Para além das missões anteriormente descritas tem também a RepSeg, incumbências, entre outras, nas seguintes áreas¹³:

- Registo, estudo, interpretação e transmissão de notícias/informações referentes à:
 - Segurança das Informações;
 - Segurança do Pessoal;
 - Segurança dos Materiais e Instalações.
- Estudo, registo e acompanhamento de casos de Droga e Deserção;
- Direcção técnica dos Cursos de Segurança (ministrados no BISM);
- Apreciação de Relatórios de Investigação e Inspeções de Segurança;
- Emissão de pareceres sobre Segurança Militar;
- Produção de documentos periódicos de Informações:
 - PERINTREP¹⁴ (mensal);
 - INTSUM¹⁵ (semanal – área da sua responsabilidade);

¹³ Fonte: Repartição de Segurança/DIM

¹⁴ PERINTREP – Relatório Periódico de Informações – Relatório mensal com articulado próprio (Anexo A)

¹⁵ INTSUM – Relatório sumário de Informações – Relatório semanal elaborado em estilo telegráfico que contém, além das mais recentes notícias cujo processamento ainda não foi possível, um resumo das principais informações obtidas durante um período a que diz respeito.



- Relatório Anual de Informações (área da sua responsabilidade);
- Relatório de Actividade Anual, no âmbito da toxicologia.
- o Programa Anual de Rasteio Toxicológico;

Os Órgãos de Apoio¹⁶ do EME, na dependência do SCEME, desempenham as tarefas de apoio aos órgãos do EME e aos órgãos superiores da estrutura de comando, administração e direcção do Exército, conforme lhes for determinado e promovem as medidas necessárias à segurança do pessoal, material e instalações. São órgãos de apoio ao EME: a Repartição de Apoio Geral e o Sub-Registo OTAN.

Ao Sub-Registo OTAN compete:

- o Assegurar o cumprimento no Exército da regulamentação de segurança da OTAN;
- o Garantir, no âmbito específico da segurança passiva, a segurança OTAN do pessoal do Exército;
- o Garantir, no âmbito específico da segurança passiva, a segurança da informação OTAN classificada;
- o Efectuar a credenciação OTAN.

2.1.3 Comandos Territoriais

Os Comandos Territoriais¹⁷ são órgãos que visam assegurar, de acordo com uma divisão territorial, a descentralização da acção de comando por parte do CEME, podendo, quando adequado, ser-lhes atribuídas missões e meios operacionais. São comandos territoriais os seguintes: o Governo Militar de Lisboa (GML), a Região Militar Norte (RMN), a Região Militar Sul (RMS), a Zona Militar da Madeira (ZMM), a Zona Militar dos Açores (ZMA) e o Campo Militar de Santa Margarida (CMSM).

Os Comandos Territoriais são um elo na cadeia hierárquica em assuntos de segurança, e têm competência para, entre outras, garantir a segurança das infra-estruturas militares da sua área, de acordo com a legislação em vigor e directivas superiores, e ainda, superintender nos aspectos de segurança, disciplina e administração da justiça nas UU/EE/OO pertencentes a outros comandos, localizadas na área geográfica da sua jurisdição quando não forem superiormente estabelecidas outras dependências. No Quartel-General (QG) de cada Comando existe uma Repartição de

¹⁶ Decreto Regulamentar n.º 43/94, de 2 de Setembro

¹⁷ Decreto Regulamentar n.º 47/94, de 2 de Setembro



Operações, Informações e Segurança (ROIS ou com designação similar) com a responsabilidade de executar e fiscalizar todos os aspectos relacionados com a segurança. Esta Repartição tem na sua orgânica uma Secção de Informações e Segurança (SIS) com as seguintes atribuições¹⁸:

- No Âmbito das informações:
 1. Dentro das suas possibilidades, contribui para a produção de informações no quadro do sistema de informações militares;
 2. Consolida os elementos de informação do Relatório de Estado de Espírito das UU/EE/OO na sua dependência;
 3. Mantém permanentemente actualizado o Estudo de Sistema de Informações relativo à área da sua responsabilidade;
 4. Elabora Estudos de Situação de Informações, quando necessário;
 5. Efectua a análise de documentos teóricos oriundos dos escalões superiores e laterais das Forças de Segurança;
 6. Analisa a imprensa diária, a fim de coligir as notícias e as informações mais importantes na âmbito militar, para conhecimento do comando da região;
 7. Obtém e controla cartas topográficas e fotografias aéreas;
 8. Elabora o PERINTREP¹⁹ mensal da Região;
- No âmbito da segurança:
 1. Colabora no estudo, planeamento e coordenação das actividades relativas aos diferentes aspectos da Segurança Militar da Região, nomeadamente:
 - a. Segurança do Pessoal, Informações, material e instalações;
 - b. Credenciações, nomeadamente as da competência do Cmdt da Região
 - c. Registo, controlo e encaminhamento de toda a documentação de grau SECRETO, MUITO SECRETO e NATO Classificado, na entrada no Quartel-General e garante a segurança dos respectivos arquivos;
 2. Elabora o SANTO, SENHA e CONTRA-SENHA destinados às UU/EE/OO da Região;

¹⁸ Fonte Secção de Informações e Segurança/ROIS/QG/GML

¹⁹ Articulado no Anexo B



São responsáveis por receber toda a documentação do escalão superior e difundirem-na pelas suas UU/EE/OO e por, no caso da informação ascendente, receber, das UU/EE/OO da sua responsabilidade, todos os relatórios, integrá-los e enviá-los para a DIM/EME.

Além deste órgão dispõem, os Comandos Territoriais, ainda de uma sub-unidade de Polícia do Exército (PE) à qual incumbe executar acções no âmbito das missões normais de PE, em proveito do comando territorial ou das Unidades a que for atribuída, no todo ou em parte, e participar na defesa terrestre do território nacional, de acordo com as missões que lhe forem cometidas.

2.1.4 Unidades/Estabelecimentos/Órgãos do Exército

De acordo com o mesmo diploma legislativo:

- As unidades territoriais, são os elementos da estrutura que formam, aprontam e mantêm forças operacionais, convocam, mobilizam e organizam outras forças, tendo em vista a satisfação das necessidades do Exército para o sistema de forças nacional;
- Os estabelecimentos são elementos da estrutura com competências nas áreas de ensino ou da logística de produção;
- Os órgãos territoriais são elementos da estrutura aos quais incumbe prestar apoio de serviços a outros elementos do Exército.

É, da sua competência, de todos, garantir a segurança e a disciplina dos efectivos que lhes forem atribuídos. São o elo mais baixo na cadeia em assuntos de segurança militar.

O Comandante/Director/Chefe (Cmdt/Dir/Chefe) da UU/EE/OO exerce a sua autoridade sobre todos os serviços e actividades da mesma. Tem as atribuições e os deveres gerais especificados nos diversos regulamentos, nomeadamente, promover a organização do serviço de segurança das suas instalações, sendo o responsável máximo por todos os assuntos de segurança.

Nas Unidades, para apoiar o Comandante, em todas as actividades relacionadas com a segurança, existe no seu Estado-Maior a Secção de Operações, Informações e Segurança (SOIS) cujo Chefe, acumula com as funções de Oficial de Segurança da Unidade. Este, é responsável²⁰ por estudar, implementar e controlar, no seu âmbito, as medidas de segurança relativas ao material e instalações, às informações, ao pessoal e às comunicações; supervisionar a instrução de segurança militar a ministrar a todo o pessoal de uma forma geral e ao pessoal que tem responsabilidade na área da segurança de uma forma particular. É ainda responsável pela:

²⁰ Guia do Oficial de Segurança - Estado-Maior do Exército, 1982, 11



- Elaboração e actualização de todos os Planos de Segurança da Unidade (Plano de Defesa, Plano de Evacuação, Plano Contra Incêndios, entre outros);
- Por supervisionar a execução de análises toxicológicas, quer com carácter obrigatório, quer com carácter extraordinário, bem como por todos os procedimentos a adoptar em caso de análise positiva;
- Elaboração das senhas e contra-senhas para uso interno;
- Elaboração de processos de credenciação, caso a função do militar ou civil em questão o exija e ainda;
- Pelo envio de relatórios periódicos ou imediatos.

São exemplos de relatórios periódicos os seguintes: Relatório Semanal, Relatório de Estado de Espírito, Relatório Mensal de Controlo de Armamento, Lista de Pessoal Credenciado, entre outros. São ocorrências objecto de relatório imediato (RELIM) as seguintes: ausências ilegítimas, deserções, apresentados e capturas, extravio ou recuperação de Cartões de Identificação Militar, detecção de consumo ou tráfego de estupefacientes, acidentes em serviço (com armas de fogo, de viação, em instrução, ou outros), extravio ou roubo e recuperação, apreensão ou achados de material de guerra ou outro material militar, violações de segurança nas instalações, extravio de documentos classificados “CONFIDENCIAL” ou superior, e incidentes no meio civil com repercussão no meio militar, entre muitos outros. Sempre que ocorra uma violação de segurança é esta Secção responsável pela elaboração da respectiva Investigação de Segurança.

Nos Estabelecimentos e nos Órgãos normalmente existe apenas um Oficial que, desempenha em acumulação com outros cargos, a função de Oficial de Segurança, que deve ter o Curso de Segurança e que é responsável, perante o seu Dir/Chefe, por todos os assuntos relacionados com a Segurança.

Está também contemplado em Quadro Orgânico (QO) das Unidades²¹ um Pelotão de Guarnição e Segurança com um efectivo de cerca de 25 elementos (1 Oficial Subalterno, 3 Sargentos e 21 Praças) que tem por missão assegurar a segurança física das instalações.

As funções dentro desta área são, na grande maioria das UU/EE/OO desempenhas por pessoal militar (QP/RC/RV e principalmente do SEN até ao momento da sua extinção).

No que diz respeito aos graduados, estes desempenham estas funções em acumulação. No que diz respeito às praças, estas não tem qualquer formação em termos de segurança, com excepção

²¹ Fonte: DO/EME



da que é ministrada no PMG, assim como não é garantido que o perfil dos mesmos seja o mais adequado para este tipo de missões. A estes militares é ministrada instrução, necessária para o cumprimento de missões nesta área específica, pelos seus chefes directos ou pelo Oficial de Segurança.

O sistema implementado baseia-se em, postos de sentinelas, plantões em locais considerados mais críticos e por rondas.

2.1.5 O fluxo de informação

Partindo do topo da hierarquia do Exército, do CEME, o fluxo de informação descendente relativamente a assuntos de segurança processa-se da seguinte forma: o CEME dá as suas directivas à RepSeg/DIM/EME, através do VCEME responsável pelo EME. Esta, por sua vez comunica as instruções recebidas às ROIS dos QG dos Comandos Territoriais, que por sua vez as comunicam ao Oficial de Segurança das UU/EE/OO. No caso da informação ascendente processa-se pelas mesmas entidades. Os Oficiais de Segurança das UU/EE/OO enviam os seus relatórios ao QG do Comando Territorial respectivo, Aqui são integrados e enviado o seu relatório da Região à RepSeg/DIM/EME, que integra todos os relatórios recebidos e elabora o relatório ao nível do Exército.

No caso de manifesta urgência pode-se ter necessidade de saltar alguma entidade, que no entanto deve ser informada o mais rapidamente possível do facto ocorrido. Assim o fluxo de informação hierárquico segue o Canal de Comando normal. Este fluxo deve ser utilizado sempre que ocorra uma situação que, pela sua gravidade ou urgência de informação, seja aconselhável o tratamento ao mais alto nível, no entanto a ocorrência deve também ser transmitida no canal normal de informação. A título de exemplo duas ocorrências que devem ser transmitidas em ambos os canais - o desaparecimento de armas ou explosivos de uma determinada Unidade ou um acidente (de instrução, de viação ou outros) de que resultem vítimas mortais ou com ferimentos graves.

É assim garantido que toda a informação, quer ascendente, quer descendente chega ao seu destinatário sem interrupção.



cumprem missões de segurança na grande maioria das UU/EE/OO tem outra especialidade de formação. A instrução destes militares fica a cargo dos seus chefes directos ou dos elementos das SOIS das respectivas unidades.

Batalhão de Informações e Segurança Militar (BISM)

O Batalhão de Informações e Segurança Militar depende tecnicamente da DIM/EME e tem por missão, entre outras, ministrar cursos de qualificação e actualização a militares do QP no âmbito Informações e Segurança Militar, de acordo com o Plano de Tirocínios, Estágios e Cursos (actualmente Plano de Formação Anual), e outros que lhe forem superiormente cometidos; apoiar a DIM/EME, assegurando a execução das actividades de Informações e Contra-Informações Militares, definir as normas gerais relativas à segurança física do material e instalações cripto e supervisionar a sua execução. (Anexo C - Organização, Missões e Atribuições)

Ministra nesta área o Curso de Segurança²² para Oficiais e Sargentos do QP.

2.3 INSPECÇÃO

2.3.1 Inspecção Geral do Exército (IGE)

A IGE²³ é o órgão de inspecção que visa apoiar o CEME no exercício das suas funções de controlo e avaliação e compete-lhe, em especial, fiscalizar, no âmbito do Exército, o cumprimento das disposições legais em vigor e das determinações do CEME; avaliar o grau de eficácia geral das UU/EE/OO do Exército, e ainda, realizar inspecções ordinárias ou extraordinárias, que poderão ser gerais, operacionais, de programas ou sistemas, técnicas, de natureza económico-financeira, administrativa, logísticas ou de instrução. A inspecção à área da segurança militar está incluída nas inspecções efectuadas por este órgão às UU/EE/OO.

2.3.2 Comandos Territoriais

Os Comandos territoriais são responsáveis por todas as medidas necessárias à supervisão de todos os aspectos relacionados com este tema nas instalações militares da área da sua jurisdição,

²² Em Anexo D - Fichas de Apresentação dos respectivos cursos – Plano de Formação Anual 2004

²³ Decreto Regulamentar nº46/94, de 2 de Setembro



efectuando inspecções de segurança às mesmas e propondo medidas tendo em vista o melhoramento da sua segurança. Para esta função, dispõem na sua estrutura de comando de um Gabinete de Inspectores ao qual incumbe planear e promover a actividade inspectiva da competência do comando territorial.

2.4 OUTRAS ENTIDADES

A Direcção dos Serviços de Transmissões²⁴ (DST) tem a missão de elaborar estudos e projectos de obras de construção, ampliação, adaptação e conservação de infra-estruturas do seu âmbito, incluindo os equipamentos considerados como fazendo parte integrante dos mesmos, e colabora com a Direcção dos Serviços de Engenharia para a concretização dos planos e obras. Tem ainda a seu cargo os abastecimentos de equipamentos electrónicos de segurança das instalações.

2.5 ENTIDADES SEM RESPONSABILIDADES NA SEGURANÇA MILITAR

Vão ser apresentadas aqui várias entidades que actualmente não têm responsabilidades de segurança, mas que, fruto da transformação em curso, poderão passar a ser elo no edifício estrutural da Segurança Militar.

2.5.1 Os Órgãos Centrais de Administração e Direcção (OCAD)²⁵

Na dependência directa do CEME, têm carácter funcional e visam assegurar a superintendência e execução em áreas ou actividades específicas essenciais, de acordo com as orientações superiormente definidas. São Órgãos Centrais de Administração e Direcção o Comando do Pessoal (CmdPess), o Comando da Logística (CmdLog) e o Comando da Instrução (CmdInst). Não tem na estrutura actual qualquer atribuição respeitante à segurança militar.

2.5.2 O Comando Operacional das Forças Terrestres (COFT)

Em tempo de paz, é o principal comando da estrutura operacional do Exército. Não tem na estrutura actual qualquer atribuição respeitante à segurança militar.

²⁴ Decreto Regulamentar n.º 44/94, de 2 de Setembro

²⁵ Decreto-Lei n.º 50/93, de 26 de Fevereiro



2.6 MECANISMOS E MEDIDAS DE SEGURANÇA

Feita a identificação das entidades intervenientes no edifício estrutural da Segurança Militares o respectivo fluxo de informação, iremos de seguida analisar alguns mecanismos de segurança.

Relembrando, as medidas de Segurança Militar estão agrupadas em três grupos: Segurança das Informações, Segurança do Pessoal, Segurança dos Materiais e Instalações.

Com vista ao estabelecimento de medidas na área da Segurança das Informações foi aprovado por Despacho conjunto do CEMGFA e Chefes dos Estados-Maiores dos três ramos, de 16 de Outubro de 1986, as Instruções para a Segurança Militar – Salvaguarda e Defesa de Matérias Classificadas – SEGMIL1, que estabelecem um conjunto de procedimentos a serem adoptados pelas Forças Armadas com vista a garantir a Segurança das Informações militares.

O Regulamento Geral do Serviço nas Unidades do Exército²⁶ foca a sua atenção para as medidas de segurança do pessoal e dos materiais e instalações de uma Unidade determinando um conjunto de disposições para o controlo de acessos, defesa imediata e força de intervenção.

O *controlo de acessos* obedece às normas de segurança em vigor, tendo em vista evitar que pessoas não autorizadas entrem em áreas condicionadas. Por seu lado a *defesa imediata* é garantida pela Guarda da Polícia, cuja acção de vigilância é exercida por meio de dispositivos materiais apropriados, sentinelas e animais.

As forças constituídas para a *intervenção* têm por base subunidades orgânicas operacionais e devem estar preparadas para, em qualquer momento, poderem ser utilizadas de imediato.

2.6.1 Sistemas de segurança electrónicos

Por Despacho do VCEME de 18Jul02, a EMEL desenvolveu um projecto com o objectivo da criação e/ou adaptação de um sistema de segurança, com custos reduzidos, eficaz, de simples concepção, utilização e manutenção, pretendendo-se que fosse possível ser utilizado em qualquer unidade do Exército. Este sistema, denominado “Sistema Integrado de Vigilância Electrónica” é constituído, como o próprio nome indica, por um conjunto de equipamentos electrónicos, câmaras de vigilância, alarmes/sensores de anti-intrusão, sistemas de controlo de acessos e sistema de detecção de incêndios, que, funcionando de uma forma integrada, estão ligados a uma central que efectua toda a monitorização do sistema. O sistema permite o registo, em

²⁶ Regulamento Geral do Serviço nas Unidades do Exército, Estado-Maior do Exército, 1986, V-1



equipamentos próprios para gravação de 24 horas, das imagens captadas por um conjunto de câmaras de vídeo, colocadas em locais estratégicos, que estão a ser visionadas na central situada na Casa da Guarda. Este sistema contou ainda com a participação do Regimento de Lanceiros nº2, a quem foi pedido um parecer na qualidade de entidade técnica responsável em segurança física de instalações. O custo total de implementação do projecto foi de cerca de 40.000 € relativos à aquisição de equipamentos, materiais e componentes de apoio à instalação. Os custos da aquisição do equipamento foram suportados pela Direcção dos Serviços de Engenharia, sendo os custos na aquisição de material e componentes de apoio à instalação da EMEL. Foi previsto que os custos de manutenção e operação do sistema orçamentavam em cerca de 1230 € anuais. Neste momento este sistema funciona com bastantes limitações porque tem um número significativo de câmaras (mais de 50%) inoperacionais, que não são reparadas devido, por um lado a limitações financeiras da unidade, e por outro lado a limitações na assistência técnica de manutenção por parte do fornecedor deste material que propõe a aquisição de material novo em vez da sua reparação, aumentando assim o custo desta operação.

Existem várias Unidades, como por exemplo, o BISM, o Regimento de Infantaria 1, e Regimento de Engenharia 1, entre outras, que têm montados em locais considerados críticos como, por exemplo, arrecadações de material de guerra, paióis, centros cripto, entre outros, sistemas electrónicos anti-intrusão em que as despesas da sua colocação foram a seu cargo, assim com é da sua responsabilidade as despesas com a operação e manutenção dos mesmos, o que pode, em caso de existirem dificuldades financeiras, comprometer a operacionalidade deste tipo de equipamentos, proporcionando assim uma falha de segurança.

2.6.2 Recurso a Empresas civis de segurança

Existem já entidades militares que recorre, para efectuar o controlo dos acessos às suas instalações, a empresas civis de segurança privada, através de acordos assinados pelas partes, em que a empresa civil se responsabiliza pela colocação de um seu elemento durante um período de tempo determinado (07H00 às 20h00), ficando a cargo deste elemento o controlo das entradas e saídas das suas instalações.

No caso do Instituto de Altos Estudos Militares após a saída do vigilante civil, o serviço é assegurado por militares.

No caso da Direcção do serviço de Finanças este vigilante tem ainda como missão ligar os dispositivos de alarmes e fecho das instalações no final do período normal de funcionamento e



desligar os referidos dispositivos e a abertura das instalações na manhã do dia seguinte, ficando estes dispositivos conectados à central de alarmes da empresa durante o período nocturno. No caso de ocorrer um incidente, é de imediato contactado o Oficial de Segurança, que tomará os procedimentos tidos por convenientes. Os custos inerentes à prestação deste serviço rondam os 2500€ mensais e são da responsabilidade das entidades utentes.

2.6.3 Mecanismos de Segurança

Estados de Segurança

Actualmente, e com a finalidade de garantir em tempo oportuno o accionamento de um conjunto de medidas passivas destinadas a prevenir ou evitar a ameaça de acções violentas de terrorismo ou sabotagem pode ser declarado um Estado de Segurança. São normalmente declarados preventivamente e progressivamente em função de uma ameaça e da sua evolução, podendo ser declarados directamente para qualquer grau sem aviso prévio.

Os Estados de Segurança correspondem a diferentes graus de segurança das UU/EE/OO bem como a diferentes graus de prontidão operacional dos meios vocacionados para garantir a segurança das mesmas. (Anexo E – Medidas a implementar nos diferentes Estados de Segurança)

Em condições normais é ao CEMGFA, por proposta da DIMIL, entidade com a responsabilidade de avaliar permanentemente a ameaça, a quem compete declarar ou cancelar um Estado de Segurança. No entanto qualquer Comando Territorial poderá declarar um Estado de Segurança para as UU/EE/OO na sua dependência, caso não haja tempo para que o motivo da declaração seja objecto de consideração pelo CEMGFA, devendo esta decisão ser de imediato comunicada através de cadeia hierárquica ao CEMGFA para posterior sancionamento.

A Credenciação



Outro mecanismo, utilizando medidas passivas, com vista à segurança de matérias classificadas²⁷ prende-se com o processo de autorização que é exigido a quem, por motivos de serviço, necessita de manusear esta documentação. A Credenciação, como é designado este processo de autorização, é assim exigida a todos, civis e militares, que no âmbito das suas funções possam ter necessidade de ter acesso a matérias desta natureza.

Existem vários graus de credenciação que correspondem aos vários graus de classificação que pode ser dado a um documento. Assim considera-se que os documentos de grau de classificação “RESERVADO” podem ser de acesso de todos os militares e civis sem necessidade de autorização prévia. Para os documentos de grau de classificação “CONFIDENCIAL”, “SECRETO” e “MUITO SECRETO” é exigida igual grau de credenciação a quem os necessita de manusear.

A competência para a credenciação nos diferentes graus é do CEME para todos os militares e civis que servem neste ramo. No entanto, este delegou competência no VCEME, IGE e nos Cmdts dos Comandos Territoriais, para a credenciação nos graus de “SECRETO” e “CONFIDENCIAL”, ficando da competência exclusiva do CEME a credenciação no grau “MUITO SECRETO”. O VCEME sub-delegou nos Oficiais Gerais com funções de Comando, Direcção ou Chefia competência para a credenciação dos militares e civis na sua dependência nos graus de SECRETO E CONFIDENCIAL. O VCEME, os Cmdts dos Comandos Territoriais e os Oficiais Gerais com funções de Comando, Direcção ou Chefia sub-delegaram competência para a credenciação, apenas no grau de “CONFIDENCIAL”, nos Chefes de Div/EME, Cmdt/Dir/Chefe das UU/EE/OO e no CEM/QG.

Este processo é sempre iniciado por um Inquérito de Segurança, da responsabilidade da DIM/EME, com a finalidade de verificar, antecipadamente, a capacidade de um indivíduo para manusear matérias classificadas e avaliar se a credenciação pretendida é, ou não, compatível com os interesses da segurança.

Existem dois tipos de credenciação no Exército, a credenciação nacional que autoriza o acesso, de acordo com a credenciação respectiva, a documentação nacional e existe ainda a credenciação OTAN que autoriza o manuseamento de matérias classificadas desta organização, quer em Portugal, quer no exterior. A correspondência entre estes dois tipos de credenciação é a seguinte:

²⁷ São *Matérias Classificadas* toda a Informação, Notícia, Material ou Documento que se for do conhecimento de indivíduos não autorizados possa ser prejudicial aos interesses militares ou fazer perigar a Segurança Nacional, dos Países Aliados ou de Organizações de que Portugal faça parte.



Graus	Nacional	OTAN
	Muito Secreto	Cosmic Top Secret
	Secreto	NATO Secret
	Confidencial	NATO Confidencial
	Reservado	NATO Restricted

No caso da credenciação de um indivíduo titular de uma credenciação OTAN superior ao nacional considera-se que está automaticamente credenciado. Se este pretender um grau superior ao da OTAN deverá iniciar-se um processo independente.

Áreas de Acesso Condicionado

Para protecção física das matérias classificadas existe uma medida passiva que consiste na classificação dos locais²⁸ onde estas matérias podem ser manuseadas. Assim, existem as designadas **Áreas de Acesso Condicionado**, que se dividem em: **áreas de CLASSE 1**, que são áreas particularmente sensíveis onde é manuseada matérias classificadas com um grau de classificação CONFIDENCIAL ou superior; **áreas de CLASSE 2**, são aquelas nas quais, as diversas matérias aí guardadas, manuseadas ou versadas deverão ser protegidas através de controlo interno que impeçam as pessoas não autorizadas a elas terem acesso; e **áreas de CLASSE 3**, uma área cuja proximidade das áreas das CLASSES 1 e 2 pode facultar, eventualmente, o acesso a matérias classificadas guardadas e manuseadas naquelas áreas.

2.7 DISFUNÇÕES IDENTIFICADAS NA ACTUAL ESTRUTURA

Para terminar este capítulo vão agora ser resumidas algumas disfunções identificadas no actual modelo, quer através de contactos informais com militares das diversas UU/EE/OO, quer através da minha experiência pessoal, que se espera ver resolvido no novo modelo de segurança militar. Assim foram identificadas as seguintes disfunções:

²⁸ Instruções para a Segurança Militar – Salvaguarda e Defesa de Matérias Classificadas – SEGMIL 1 Estado-Maior General das Forças Armadas – 1986 V-2



- Falta de sensibilização, de uma forma geral, da maioria dos militares para os assuntos de segurança;
- Parcos recursos humanos afectos a missões de segurança;
- Falta da formação e instrução adequada na categoria das praças;
- Uso insuficiente de meios electrónicos nas UU/EE/OO.



3. CONTRIBUTOS PARA UM NOVO MODELO

Neste capítulo vamos tentar dar resposta às lacunas identificadas no capítulo anterior e levantar soluções tendo em vista as questões colocadas com as alterações da nova estrutura do Exército.

Assim e para a criação de novos modelos, decorrendo da Directiva 193/CEME/03²⁹ foram levantados os seguintes pressupostos organizacionais, que se espera que venham a ser efectivos num futuro próximo:

- Extinção dos Quartéis-Generais das Regiões Militares do Norte e do Sul e ainda do Governo Militar de Lisboa, do Campo Militar de Santa Margarida e do Comando de Tropas Aerotransportado
- Definição de competências para os OCAD (CmdPess, CmdLog, CmdInst) e COFT passando as UU/EE/OO das suas áreas de responsabilidade a depender hierarquicamente do Comando respectivo;
- A reestruturação do Estado-Maior do Exército (Estado Maior Coordenador), passando este apenas com responsabilidades de planeamento a longo e médio prazo integrado na Estrutura de Comandos do Exército e mantendo na sua estrutura uma Divisão de Informações Militares;
- Atribuição de responsabilidades de planeamento a curto prazo e execução aos OCAD e COFT;
- O VCEME apenas vai ter na sua dependência uma Unidade – o Estado-Maior do Exército
- Constituir a EMEL como pólo de excelência nas áreas da electrotecnia, da electrónica e da optrónica, potenciando as suas condições para o desenvolvimento de acções de formação profissional;
- Constituir um Centro de Informações e Segurança Militar (CISM), com base na estrutura do BISM, como pólo de excelência na área das Informações e Segurança Militar integrado no COFT;
- Implementação de medidas de apoio aos militares RV/RC na sua reinserção na vida civil, nomeadamente na área da formação profissional.

²⁹ DIRECTIVA PARA A TRANSFORMAÇÃO DO EXÉRCITO, Directiva nº193/GEN CEME/03 de 14Out03



Em face destas alterações e tendo em vista anular as lacunas identificadas são de seguida ser apresentadas possíveis soluções.

3.1 ORGANIZAÇÃO

Vão ser aqui descritas alternativas que podem ser adoptadas para o edifício estrutural com o intuito de garantir o eficaz funcionamento do canal técnico e do fluxo de informação na área em estudo. As opções terão sempre em vista o bom exercício desta actividade mas terá em atenção se possível a racionalização dos meios existentes, quer humanos, quer materiais.

Com a reestruturação da DIM/EME e com a desactivação dos Quartéis-Generais do GML, da RMN e da RMS, existe a necessidade da criação ou aproveitamento de estruturas já existentes, que passem a ser responsáveis pela execução das tarefas até agora desempenhadas por estas entidades.

3.1.1 Opção 1 – A DIM mantém as actuais competências a nível de Segurança

Esta possibilidade não prevê alteração nas competências da actual DIM/EME ao nível de Segurança Militar, ou seja, mantém a actual situação, garantindo na sua estrutura uma célula responsável pela Segurança Militar, integrada na Repartição de Informações e Segurança e mantendo, quer as actuais competências, quer o seu QO em pessoal.

Com esta possibilidade o CISM mantém a actual estrutura do BISM assim como as suas competências e dependência técnica da DIM/EME e fica a Escola Prática de Transmissões (EPT) como entidade primeiramente responsável (EPR) em relação à instrução ministrada nesse Centro.

Com a desactivação dos Quartéis-Generais, elo que, actualmente, une a RepSeg/DIM/EME às UU/EE/OO existe desde logo a necessidade da criação de uma entidade para refazer a ligação entre a estrutura superior do Exército e as suas UU/EE/OO. Uma das possíveis formas de colmatar esta situação será a criação de uma Secção de Informações e Segurança, com o seguinte QO: um Chefe (Major QQA/S) com o Curso de Segurança, um Adjunto (Cap/Subalterno QQA/S) e um Sargento (1Sar QQA/S), preferencialmente ambos com o referido Curso, que seja responsável pelos assuntos relacionados com a segurança, ao nível da estrutura superior dos Comandos (Pessoal, Logística e Instrução) e do COFT, que assuma a missão e competências que



são agora asseguradas pelas SIS/ROIS/QG e ainda ficando responsável pelas inspecções de segurança dos Quartéis-Generais que se pretende desactivar. Na ZMM e ZMA toda a estrutura de segurança não sofre qualquer tipo de alteração, uma vez que não se prevê a desactivação destes Comandos territoriais.

Em relação às Unidades Territoriais a organização da segurança não sofre qualquer tipo de alteração, apenas é o canal hierárquico superior que se altera com a desactivação dos Quartéis-Generais das Regiões Militares e a criação das Secções de Segurança nos actuais Comandos Funcionais e Comando Operacional.

O fluxo de Informação normal, manter-se-ia semelhante ao actual (descrito na pág. 19) com a troca das SIS/QG extintos pelas Secções de Informações e Segurança a criar nas estruturas superiores dos actuais OCAD e COFT.

Assim, e partindo do mesmo ponto, do CEME, o fluxo de informação descendente relativamente a assuntos de segurança processa-se da seguinte forma: o CEME dá as suas directivas à RepSeg/DIM/EME, através do VCEME responsável pelo EME. Esta, por sua vez comunica as instruções recebidas às Secções de Informações e Segurança dos actuais OCAD e COFT, que por sua vez as comunicam aos Oficiais de Segurança das UU/EE/OO respectivas. No caso da informação ascendente processa-se pelas mesmas entidades. Os Oficiais de Segurança das UU/EE/OO enviam os seus relatórios ao Estado-Maior dos Comandos respectivos. Estes, integram e enviam os seus relatórios à RepSeg/DIM/EME, que integra todos os relatórios recebidos e elabora o relatório que espelha a situação a nível do Exército.

Da mesma forma quando se trate de um assunto que, quer pela sua natureza, quer pela urgência com que deve ser comunicado, poderá esta informação ascender pelo Canal directo de Comando, devendo sempre ser também transmitida pelo Canal normal de Informação



Assim o fluxo de informação seria o seguinte:

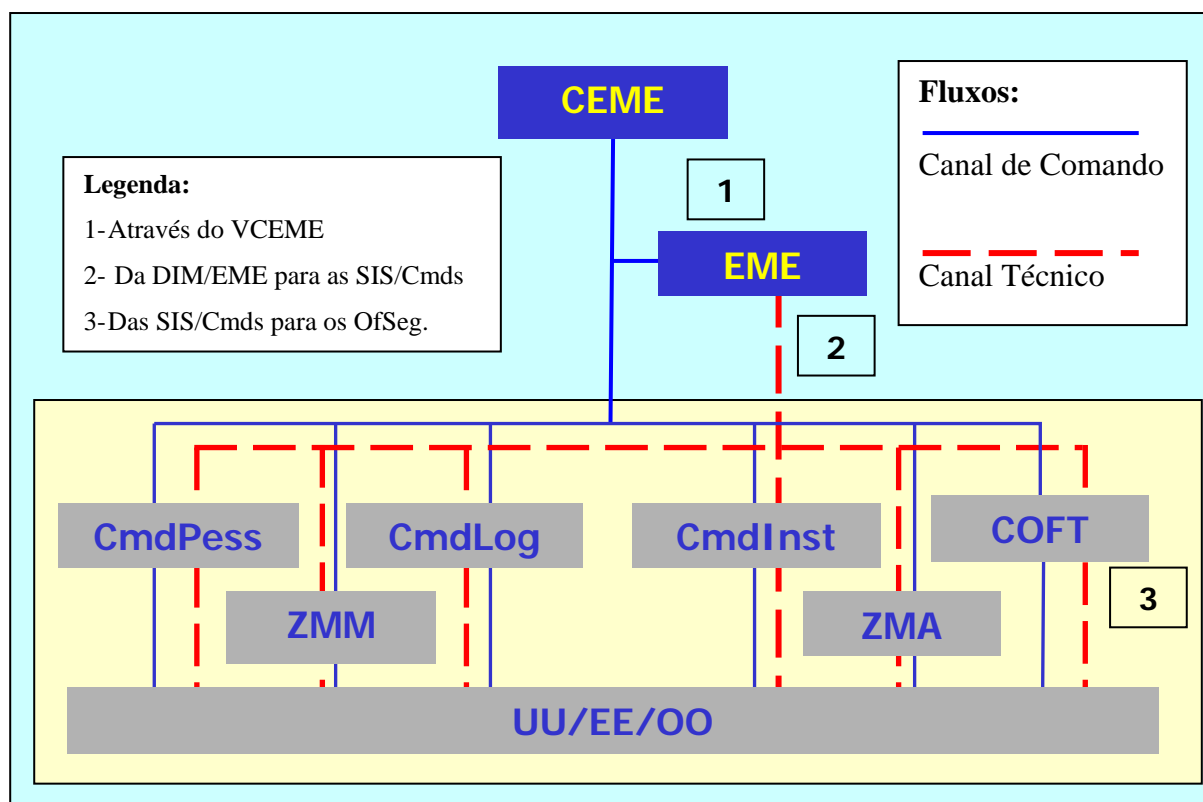


Figura nº. 6 - Fluxo de Informação na Opção 1

As vantagens desta opção afiguram-se na existência do organismo responsável pelo Canal Técnico de todo o Exército localizar-se num patamar acima dos OCAD e Comando Operacional o que lhe permite um maior controlo de todas as medidas de segurança e uma mais eficaz coordenação das necessidades do apoio aos diversos Comandos.

Tem como desvantagem continuar a existir no EME uma estrutura mais vocacionada com a execução do que com o planeamento a médio e longo prazo.

3.1.2 Opção 2 – A DIM vê reduzidas as suas competências a nível de Segurança

A manutenção de uma entidade de segurança militar no EME garantiria o apoio nesta área à decisão do CEME, mas com uma estrutura mais reduzida que a actual. Passaria de Repartição a Secção com a seguinte constituição: 1 Chefe de Secção (1 Major), um Adjunto do Chefe (1 Sargento Ajudante) e um escrivão (uma Praça ou um funcionário civil). Esta entidade garantiria apenas algumas das missões de execução herdadas da RepSeg/DIM/EME nomeadamente:



- Processar e difundir notícias e informações sobre actividades que possam afectar a segurança militar;
- Efectuar as credenciações dos militares e civis cuja competência é do CEME;
- Manter-se permanentemente informado de toda a actividade de segurança militar no Exército através do COFT.

Esta entidade de segurança militar, passa apenas a ter um carácter de informação e não de execução, tendo em vista o pronto apoio sempre que solicitado pelo CEME.

Nesta opção são atribuídas ao COFT, as restantes tarefas agora desempenhadas pela RepSeg/DIM/EME, nomeadamente:

- Manter ligação técnica com a DIMIL/EMGFA, em assuntos de segurança militar;
- Promover a realização dos inquéritos de segurança, segundo as normas estabelecidas para as credenciações OTAN e nacional;
- Apreciação de Relatórios de Investigação e Inspecções de Segurança;
- Emissão de pareceres sobre Segurança Militar;
- A elaboração dos relatórios ao nível do Exército (nomeadamente o PERINTREP);
- Estudo, registo e acompanhamento de casos de Droga e Deserção e respectivos relatórios;
- Programa Anual de Rasteio Toxicológico.

A acrescentar a estas tarefas tinha ainda que enviar todos os relatórios e elementos significativos à DIM/EME, para que este órgão pudesse manter informado o CEME da situação no Exército ou prestar qualquer apoio sempre que fosse para isso solicitado.

Para o cumprimento destas tarefas tem o COFT na sua dependência o CISM, unidade que assumiria a responsabilidade de as executar, e que para o efeito é aumentada à actual estrutura do BISM uma Secção de Segurança Militar, constituída por um Chefe (Major QQA/S), um Adjunto (Capitão QQA/S), um Sargento de Segurança (um Sargento Ajudante QQA/S) e um assistente administrativo, passando o Centro de Informações e Segurança existente no BISM a ter responsabilidades apenas ligadas à Informação.

De igual modo seriam criados na estrutura superior dos OCAD e COFT Secções de Informações e Segurança, de igual constituição à opção anterior, para colmatar a desaparecimento dos QG das Regiões Militares agora desactivadas, herdado todas as suas atribuições. Estas entidades estariam na dependência técnica do COFT. Assim sendo estas Secções são responsáveis por receber todas



as informações das UU/EE/OO a nível de segurança e depois de as integrar enviá-las ao CISM/COFT, para que este possa elaborar os seus relatórios ao nível de todo o Exército.

Também nesta opção as UU/EE/OO não sofrem qualquer tipo de alteração, apenas é o canal hierárquico superior que se altera com a desactivação dos Quartéis-Generais das Regiões Militares e a criação das Secções de Informações e Segurança nos actuais OCAD e COFT.

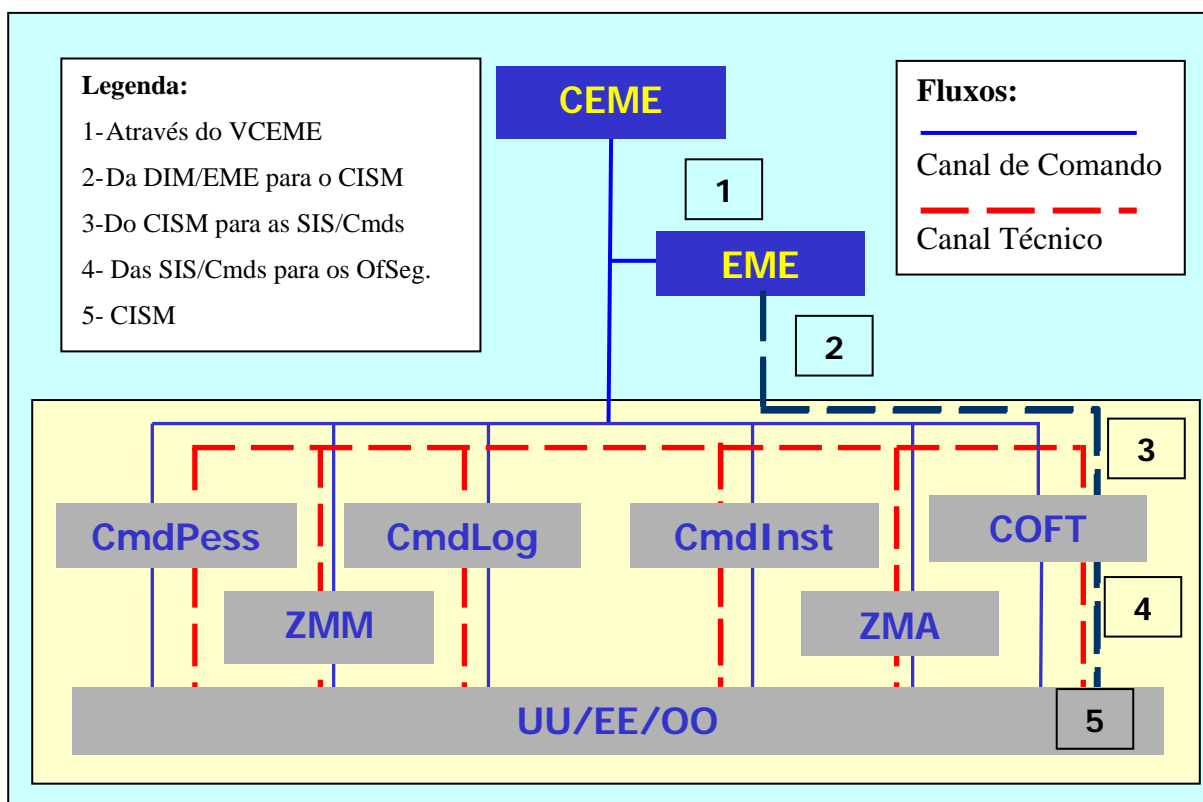


Figura nº. 7 - Fluxo de Informação na Opção 2

O fluxo normal de informação no canal técnico teria como entidade de origem o COFT (CISM) que informa, por um lado a DIM/EME para poder garantir qualquer informação ao CEME, por outro lado informa as Secções de Informações e Segurança dos OCAD, COFT e QG da Zonas Militares para estas emitirem as suas instruções às UU/EE/OO na sua dependência.

De igual forma assuntos críticos seriam transmitidos via canal de Comando, podendo uma ocorrência passada por exemplo numa Escola Prática, Unidade na dependência do Comando da Instrução ser alvo de comunicação directa do Comandante deste ao CEME (o mesmo aconteceria se se trata-se de uma UU/EE/OO de outro Comando ou de uma Zona Militar), devendo no entanto as informações difundidas por este canal sempre que possível, serem objecto de posterior transmissão no Canal Técnico, para que este possa também tomar os devidos procedimentos.



Como vantagem nesta solução temos a continuação de uma entidade, agora só com responsabilidades de apoio ao CEME para assuntos de segurança, ser o EME reservado ao planeamento estabelecido, sem ter sob sua dependência um órgão de execução na âmbito da Segurança e a centralização de todos os assuntos de segurança apenas numa Unidade o CISM. Tem como desvantagem o órgão responsável do Canal Técnico estar dependente hierarquicamente de um Comando correndo-se o risco de ser dificultado um correcta e actualizada visão de todo o Exército necessária para a elaboração dos documentos da sua responsabilidade a enviar à célula de segurança do localizada no Estado-Maior para poder prestar um eficaz apoio ao CEME.

3.1.3 Opção 3 – A DIM não tem competências a nível de Segurança

Neste caso, a DIM/EME não teria qualquer atribuição relacionada com a segurança militar. O COFT (CISM) assumiria todas as responsabilidades e atribuições da actual RepSeg/DIM/EME. Nesta solução a estrutura da Secção de Segurança Militar do CISM teria que ser reforçada com mais um Oficial (Capitão) e um Sargento (Primeiro Sargento) com a responsabilidade de verificar todos os mecanismos de credenciação para Despacho do CEME.

Qualquer informação nesta área para conhecimento do CEME teria que ser efectuada através do Comandante Operacional das Forças Terrestres. De igual forma qualquer solicitação efectuada pelo CEME sobre estes assuntos teria que ser feita ao Comandante do COFT e por este ao Comando da Unidade responsável por estas informações, o CISM.

Também nesta situação existiria necessidade de uma Secção de Informações e Segurança junto à estrutura superior dos OCAD e COFT, nos moldes semelhantes às anteriores. O Canal de Comando processar-se-ia de forma semelhante à opção anterior.



Assim o fluxo normal de informação seria o seguinte:

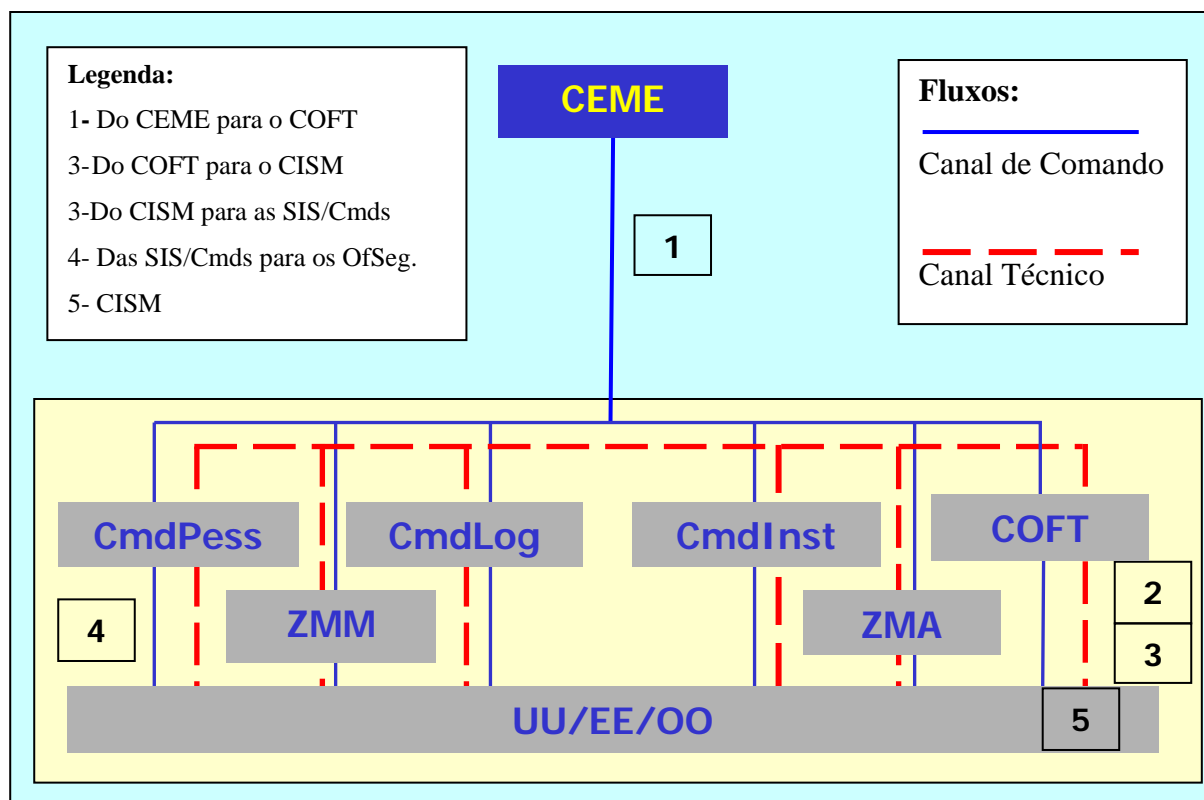


Figura nº. 8 - Fluxo de Informação na Opção 3

Nesta solução manter-se-iam as vantagens de ser o EME reservado para o planeamento e a segurança militar estar centralizada num órgão do Exército, apresentadas na solução anterior. Com relação às desvantagens, para além das mencionadas na hipótese anterior existe a desvantagem de, ao não existir um órgão de apoio directo ao CEME, cada vez que este necessite de alguma informação terá de a solicitar ao Comandante Operacional das Forças Terrestres e este por sua vez à entidade responsável por prestar o devido esclarecimento (órgão no CISM). Com a colocação de mais um elo nesta comunicação, pode a mesma ser menos célere, e tratando-se de assuntos que se podem considerar de alguma gravidade a comunicação entre as entidades envolvidas tem obrigatoriamente de ser o mais rápida possível, com o risco de se agravar o facto que deu origem à solicitação da informação.

3.2 FORMAÇÃO E INSTRUÇÃO

A formação e instrução na área da Segurança Militar continuaria a ser, como actualmente, da responsabilidade do CISM, tendo como EPR a EPT.

A nível dos Oficiais e Sargentos, por se considerar que o Curso de Segurança que é presentemente ministrado é adequado, deve continuar nas actuais moldes, com pequenas



atualizações face à evolução da doutrina e ao desenvolvimento tecnológico dos equipamentos a utilizar pela Instituição Militar.

Com vista à resolução da falta de instrução na categoria das praças poderão equacionar-se duas possibilidades: ser criada uma nova especialidade com vista a suprir a falta de efectivos com formação nesta área ou apenas ser criado um novo curso de qualificação (designado, por exemplo, por Polícia da Unidade) com base numa adaptação da formação que é ministrada aos vigilantes das empresas civis de segurança.

No que diz respeito à primeira solução, a especialidade a criar não se enquadra nas especialidades³⁰ definidas como preferenciais para o início da vida militar dos voluntários ou contratados, visto que não se enquadra nem na Força Operacional Permanente do Exército (FOPE), nem poderia ser considerada uma especialidade física e psicologicamente muito exigente. Assim sendo, a criação desta especialidade iria desviar recursos humanos da principal força do Exército.

Em relação à segunda, esta formação, a ser frequentada por militares de ambos os sexos, teria uma duração de 4 semanas, sendo ministrada também no CISM. Face à falta destes elementos este curso teria de ser ministrado, numa primeira fase, 3 vezes por ano (Outubro, Janeiro e Maio) e com cerca de 20 formandos. Numa fase posterior, já com elementos formados nesta área poder-se-ia reduzir o número de cursos a ministrar por ano, mas tendo sempre em conta as necessidades do Exército e os oferecimentos por parte dos militares interessados. A escolha dos elementos para a frequência deste curso seria por proposta dos Cmdt/Dir/Chefes de acordo com as necessidades das suas UU/EE/OO e com preferência para os elementos que já passaram nas forças operacionais e que se encontram nos últimos anos de permanência nas fileiras do Exército, enquadrando-se assim na formação profissional a garantir aos jovens que estão na fase terminal dos seus contratos.

Em relação aos custos para o Exército teria apenas que se equacionar os gastos com as ajudas de custos aos militares em curso (Circular n.º 04/2004 de 09Mar04, da ChAT), e mais algum material a entregar aos formandos, o que no caso dos 20 elementos rondaria no máximo os 2.200€³¹ por curso

³⁰ De acordo com a DIRECTIVA PARA A TRANSFORMAÇÃO DO EXÉRCITO, Directiva n.º 193/GEN CEME/03 de 14Out03

³¹ Valor de 10% da ajuda de custo sendo o alojamento e alimentação fornecido pelo CISM



O quadro comparativo que se apresenta de seguida refere-se às matérias e respectivas número de horas na formação de um vigilante numa empresa civil de segurança, de acordo com a legislação em vigor, e as matérias e respectiva duração na formação destes elementos militares num curso de Polícia da Unidade.

Matérias a ministrar	Curso Civil de Vigilante*	Curso de Polícia da Unidade
Direito constitucional	12	11
Direito civil	9	8
Direito penal	9	8
Legislação segurança privada e organização e missão das Forças e Serviços de Segurança Interna	6	6
Legislação Militar	----	6
Técnicas de vigilância	16	16
Deontologia do vigilante	6	6
Introdução à sociologia	6	3
Segurança física	24	24
Técnicas administrativas	6	6
Toxicodependência e alcoolismo	6	6
Educação Física Militar	----	12
Armamento e Tiro	----	4
Visitas	----	4
À disposição do Comando	----	20
Total	100	140

* conforme Portaria 1325/2001 de 04 de Dezembro³² (Anexo F)

As horas referidas abrangeriam não só instrução teórica mas também, sempre que se proporcionar, instrução prática e ainda a avaliação. No caso do Curso de Polícia da Unidade poderia considerar-se também a realização de uma avaliação externa, pelas entidades competentes, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, no sentido da validação do curso e posterior reconhecimento do mesmo no mercado civil.

Após esta formação inicial estes elementos regressariam às diversas UU/EE/OO de origem, se possível da preferência dos mesmos, a prestar serviço nesta área com vista à sua formação

³² Publicado no DR n.º280 Iª Série Parte B de 04 de Dezembro de 2001



prática (on-the-job training). Garantir-se-ia assim instrução igual para todo o Exército proporcionando a uniformização de procedimentos para toda a Instituição. Para além da sua formação ser destinada preferencialmente a elementos responsáveis pelo controlo de acessos, quer seja uma Porta de Armas de uma qualquer Unidade ou Estabelecimento ou uma Portaria de um qualquer Órgão, poderiam ser também colocados a prestar serviço na SOIS, com grandes vantagens para o bom funcionamento das mesmas. Esta nova formação pode vir a constituir mais um incentivo a quem prestar serviço no Exército, ao equacionar-se a possibilidade de firmar protocolos com as empresas civis de segurança no sentido da integração destes elementos nos seus quadros ser de uma forma simples e rápida. As vantagens para estas são de vária ordem, desde a formação, que já não teriam de efectuar até à garantia de idoneidade e formação moral e física destes elementos através de informações que pudessem ser facilitadas pela instituição militar.

A imagem do Exército também sairia melhorada pois os elementos que mais contactam com a população em geral passariam a contar com uma alguma formação nesta área.

3.3 INSPECÇÃO

A IGE mantém a tarefa que actualmente tem atribuída, ou seja, efectuar as inspecções ordinárias e extraordinárias às UU/EE/OO que incluem inspecção na área da segurança.

Outro órgão com responsabilidades de verificação de procedimentos nesta área seria a Secção de Informações e Segurança a ser criada, conforme foi referido no ponto 1 deste capítulo, na estrutura superior dos actuais Comandos Funcionais e Comando Operacional, assumindo assim mais uma vez as responsabilidades nesta área herdadas pela desactivação dos QG das Regiões Militares, nomeadamente do seu Gabinete de Inspectores.

3.4 MECANISMOS DE SEGURANÇA

Nenhum sistema de segurança eficaz dispensa a presença humana, mas antes conjuga uma quantidade de meios materiais com meios humanos para o cumprimento destas tarefas diminuindo os últimos de uma forma significativa, dada a redução dos efectivos que o Exército tem vindo a sofrer na última década.. Em consequência deste facto vão de seguida ser analisados os moldes de um novo conceito de segurança, quer em meios humanos quer em meios materiais.

3.4.1 Sistemas de Segurança electrónicos



Esta área de actividade teve, na última década no mercado civil, um forte crescimento na panóplia de equipamentos que actualmente estão ao dispor de qualquer utente, quer nas empresas especializadas em segurança, quer nos estabelecimentos de vendas de artigos de alarmes e electrónica, com as mais variadas formas de funcionamento, que vão desde um alerta local, ou seja, um alarme conectado a um detector de movimento que ao ser accionando dispara apenas um sistema sonoro ou luminoso no local, passando por sistemas em que estes alarmes quando accionados para além do mesmo sistema no local transmitem sinais de alarme para centrais de controlo, ou directamente às Forças de Segurança responsáveis pela região de onde foi accionado o alarme ou inclusive para o telemóvel de um cliente ou mais recentemente sistemas de vigilância em que a imagem do local seguro está a ser permanentemente, ou apenas no caso de detecção de algo, transmitida para um visor que pode estar localizados à distância, na central de controlo supracitada ou mesmo para um monitor de um qualquer computador do “cliente” através de uma ligação via Internet.

Os requisitos para este tipo de equipamentos encontram-se descritos no Anexo G a este trabalho. A nível de custos, estes são os mais variados dependendo do sistema utilizado e do número de equipamentos incorporados no sistema.

Para dotar as instalações militares com estes equipamentos poderemos adoptar duas soluções. A primeira ser a EMEL, Unidade que se deseja constituir como pólo de excelência na área dos equipamentos electrónicos e optrónicos, a responsável pela montagem e manutenção deste tipo de equipamentos nas diversas UU/EE/OO, diminuindo assim os custos deste sistema. Para que esta possibilidade seja uma realidade existe no entanto que dotar esta unidade dos meios necessários, humanos e materiais, para o cumprimento eficaz desta missão. O projecto que já desenvolveu e que mantém neste momento em funcionamento parece-nos uma boa base de partida para o desenvolvimento de outros projectos na área.

A outra solução passa pela abertura de um concurso público, para instalação e manutenção de sistemas de segurança electrónicos em várias UU/EE/OO, ficando esta operação a cargo da DST, entidade responsável pela aquisição deste tipo de equipamentos. Assim garante-se a operacionalidade dos sistemas mas com custos mais elevados para o Exército.

Com estes sistemas em funcionamento, ou seja, com a colocação de câmaras de filmar em locais estratégicos e com a instalação de alarmes anti-intrusão em locais críticos possibilitaria a criação de centrais de controlo em que se poderia racionalizar os recursos humanos garantindo elevados padrões de segurança.



No caso da existência de instalações militares que, ou pela sua proximidade, ou por não assegurarem a sua segurança durante os períodos de actividade reduzida poder-se-ia equacionar a criação de centrais de controlo colectivas. As Unidades onde seriam instaladas estas centrais teriam que ter a capacidade de dispor de uma força móvel para actuar, em tempo útil, caso fosse accionado um destes alarmes. Caso não fosse possível o envio desta força em tempo útil esta Central comunicaria com a Unidade mais próxima do local de accionamento do alarme para o envio de uma força militar ao local em questão. Como exemplo desta situação temos o Campo Militar de Santa Margarida que dada a proximidade das suas instalações poder-se-ia criar apenas uma central de controlo a instalar nas instalações da Polícia do Exército, ficando esta força com a responsabilidade de garantir a segurança às instalações mais críticas deste campo militar e de intervir caso um dos alarmes fosse activado. Outro exemplo duma Central de Controlo colectiva a criar ocorre na cidade de Lisboa em que existem estabelecimentos e órgãos militares que não garantem a presença de militares em permanência. A Central de Controlo, à qual estariam ligados os sistemas de segurança destas instalações, poderia ser instalada no Regimento de Lanceiros nº2, Unidade que tem a capacidade de intervir caso algum alarme fosse activado.

3.4.2 Pessoal Militar versus Empresa civil de segurança

A nível de pessoal com responsabilidades na área da segurança vão ser questionadas duas opções: a primeira com o recurso apenas a pessoal militar e a segunda recorrendo ao mercado civil.

Em relação à primeira possibilidade tem-se vindo a verificar nos últimos anos uma diminuição acentuada no pessoal destinado a este tipo de funções, fruto da redução de efectivos que se fez sentir nas UU/EE/OO do Exército. Com o fim do Serviço Efectivo Normal, em Setembro último, esta situação agravou-se significativamente. Existe então a necessidade de cativar elementos para este tipo de funções e ministrar-lhe a instrução adequada. Um dos caminhos a seguir será a criação de um curso para a categoria das praças conforme referido em 3.2. Este tipo de missões poderá ser considerada como uma ponte entre a vida militar e a vida civil.

As vantagens destas funções serem asseguradas por militares são várias. Desde logo permite a escolha dos elementos para estas tarefas o que a partida será indício de garantia da qualidade e idoneidade dos militares a formar nesta área e consequentemente a prestar serviço como segurança nas instalações do Exército. A nível disciplinar permite actuar com mais facilidade uma vez que estes elementos, sendo militares, estão ao abrigo dos regulamentos militares e logo podendo ser punidos disciplinarmente em caso de incumprimento do serviço ou louvados se a



sua prestação for disso merecedora. Sendo militares estão disponíveis para o serviço 24 h/d e durante todos os dias do ano sem existir a obrigatoriedade de pagamentos de horas extras. Outra vantagem prende-se com o facto de, em locais críticos, como depósitos de material de guerra ou paióis, estes elementos poderem efectuar o serviço armados.

Como inconveniente tem o facto de desviar recursos humanos de outras missões, o que tendo em conta que este recurso é parco, poderá assim penalizar outras funções.

Em relação à segunda opção pode-se afirmar que o mercado civil teve, e continua a ter, um forte aumento na oferta deste tipo de serviços. As soluções apresentadas por este tipo de empresas são de várias ordens, de acordo com o contrato a estabelecer entre as partes, indo desde um simples funcionário num local específico que pode efectuar o controlo de entradas, registando ou não as entradas e saídas, quer de pessoal, quer de viaturas, de acordo com a política seguida pela entidade contratante, até ao mesmo vigilante efectuar rondas em períodos estabelecidos. Também é política deste tipo de empresas que seja efectuado um relatório no final de cada turno dos seus funcionários. Ao ser detectado algo fora do normal está previsto no contrato estabelecido, quais os procedimentos que tem de efectuar o vigilante de serviço perante determinado acontecimento, que pode passar por informar de imediato os seus superiores ou a sua Central de Controlo, o “cliente” (neste caso alguém a definir pela UU/EE/OO ao qual está ao serviço) ou inclusive contactar uma Unidade próxima no sentido de enviar uma força militar se a gravidade da ocorrência assim o exigir.

Em relação à formação destes indivíduos está prevista, conforme supracitado em Portaria própria (Anexo F), e parece-nos adequada para garantir a vigilância nas instalações militares, sendo no entanto sempre de prever uma pequena formação de adaptação aos usos e especificidades da Instituição militar.

O custo deste serviço é de cerca de 5.000 € mensais para um vigilante que permaneça durante as 24 horas todos os dias do ano. Este valor baixa para cerca de 2.500€ se for o caso de apenas permanecer durante os dias úteis e durante o horário de funcionamento normal (08H00 – 18H00). As horas de trabalho fora do horário previamente estabelecido no contrato efectuado, são consideradas horas extra importando em cerca de 15€ por hora durante o período diurno até aos 19€ por hora durante os dias de actividade reduzida por vigilante.

As vantagens deste serviço prendem-se com o facto de serem estes elementos profissionais nesta área e por isso poder garantir um serviço de melhor qualidade, bem como sendo este serviço



prestado por uma entidade civil não tem o Exército quaisquer responsabilidades, quer na sua formação, quer nas regalias sociais devidas a estes elementos.

Tem como desvantagens o desconhecimento dos indivíduos que são apresentados pela empresa, o facto de serem estes elementos civis e por consequência não estarem abrangidos pelos regulamentos militares e ainda o elevado custo deste serviço.

3.4.3 Mecanismos de Segurança

No que diz respeito os mecanismos de segurança apresentados: Estados de Segurança, a Credenciação e as Áreas de acesso Condicionado entende-se que continuam muito oportunos e actuais, pelo que se julga não existir necessidade de qualquer alteração ao mesmo, mantendo no novo modelo a mesma filosofia actual em vigor. No entanto o facto de actualmente vivermos “rotineiramente” no Estado de Segurança ALFA, ou seja, o facto de ter sido declarado há mais de três anos provoca nos militares, um descuidar de atitudes, com a noção que será um “excesso” a continuação da pertinência para a manutenção deste Estado de Segurança, noção esta que pode ser incorrecta, mas que conduz a que não sejam correctamente efectuadas as medidas preconizadas neste Estado de Segurança. Urge, por isso, sensibilizar, por parte de todos os Comandos, todos os que frequentam as instalações militares para as medidas que devem ser adoptadas neste Estado de Segurança.

De referir ainda que face à extinção dos comandos territoriais existe a necessidade de rever todo o quadro legal de competências delegadas nestes Comandos que necessitam de ser delegadas nos Comandos Funcionais e Comando Operacional das Forças Terrestres.



CONCLUSÕES

Como corolário deste trabalho e tendo como referência o conjunto de hipóteses orientadoras que elaborámos no início da investigação do tema em apreço, podemos apresentar as seguintes conclusões.

A primeira conclusão a retirar tem a ver com o capítulo inicial deste estudo: a Ameaça, e com a **primeira hipótese** levantada: A ameaça à Segurança Militar de uma UU/EE/OO é uma ameaça credível. Ao longo do Capítulo Um esta ameaça foi resumidamente caracterizada, e foi possível podermos afirmar que o tipo de segurança a adoptar está intimamente ligada à natureza da ameaça, e esta tem sofrido, desde o final do século passado e entrada neste, uma transformação significativa. A possibilidade da ocorrência de actos hostis contra a população portuguesa é, nos dias que correm, uma realidade que devemos ter sempre em mente. As instalações militares estão consequentemente incluídas nesta sociedade. No entanto não nos parece muito provável a possibilidade da ocorrência de uma acção contra uma instalação militar, com o objectivo de a destruir ou provocar vítimas entre os que aí se encontram, por si só. No entanto uma acção contra instalações militares com o intuito do furto de armamento ou explosivos para futura utilização noutras acções parece-nos uma realidade mais plausível. Face a estas transformações devemos, quer como cidadãos em geral, quer como militares em particular, aumentar a nossa cultura de segurança, ou em muitos casos criá-la, dado a inexistência de uma cultura sólida e eficaz, que utilize procedimentos mais restritivos e em que alguma da liberdade individual de cada cidadão é relegada para um plano secundário, em contrapartida com a segurança de uma Nação. É exemplo desta restrição a utilização de câmaras de vídeo no apoio à segurança de numerosas instituições públicas, nas quais se inclui a Instituição militar.

A segurança militar nas UU/EE/OO é responsabilidade de todos os militares e civis que nelas servem e não só de quem tem responsabilidades nessa área. Face à nova realidade que actualmente se vive, os indivíduos, militares ou civis, que desempenham funções na âmbito da segurança das instalações militares têm uma responsabilidade acrescida, devendo cumprir e fazer cumprir rigorosamente todos os regulamentos militares, e ser devidamente respeitados e incentivados por aqueles que, quer por motivos de serviço, quer por outros motivos, frequentam as instalações da Instituição militar.



O Comandante é o primeiro responsável por todos os aspectos relacionados com a segurança do seu comando. Esta afirmação é válida para todos os escalões na organização do Exército, o que nos leva a deduzir que também o Comandante do Exército tem responsabilidade nesta área. Assim e com relação à **segunda hipótese** levantada poderemos concluir que o canal hierárquico tem de se iniciar na mais alta entidade do Exército, no CEME, e que este deve ter na sua dependência, ou na dependência do seu colaborador mais chegado, uma célula de segurança que o mantenha permanentemente informado de todas as ocorrências neste campo. Para que isso possa ser uma realidade, deve então existir no EME na dependência da Divisão de Informações Militares, uma célula com estas responsabilidades. Já no que diz respeito ao Canal Técnico e de acordo com a DIRECTIVA PARA A TRANSFORMAÇÃO DO EXÉRCITO deve o Estado-Maior do Exército ter apenas responsabilidades de planeamento a médio e longo prazo. Face a esta orientação e não se enquadrando a Segurança Militar neste tipo de responsabilidades, então somos levados a concluir o Canal Técnico que não deve início no EME. Esta prerrogativa leva-nos a apontar a Opção dois do Capítulo Três como a mais plausível.

Não tendo então o Canal Técnico início no EME, deverá tê-lo numa Unidade de excelência a criar no Exército. Esta Unidade a ser instituída deve aproveitar o “Know How” existente no BISM, quer em pessoal, quer nos equipamentos de que já dispõe, considerando-se como melhor opção aumentar as competências desta, criando assim a Unidade vocacionada para a segurança militar do Exército, confirmando assim a **terceira hipótese** considerada. Com a finalidade da manutenção do fluxo de informação, que se quebra com a desactivação dos QG’s do GML, RMN e RMS, deve ser criada uma Secção de Informações e Segurança na estrutura superior dos actuais Comandos Funcionais e COFT.

Apesar de toda a panóplia de equipamentos electrónicos disponíveis no mercado civil destinados à segurança de instalações e à excelente qualidade apresentada pelos mesmos, o vector humano continua, e continuará a ser sempre um vector fundamental quando se fala nesta área. Estes equipamentos dão um auxílio inquestionável e permitem a redução de efectivos, mas não funcionam sozinhos, sendo o seu controlo sempre feito pelo homem. No intuito de rentabilizar recursos humanos, que neste momento é um recurso não abundante no Exército deve considerar-se, como necessário a montagem de equipamentos de segurança, de vigilância e anti-intrusão. Tais equipamentos poderão constituir-se como uma solução eficaz. A solução óptima seria a constituição de uma Central de Controlo do Exército numa Unidade a definir, em que a ela



estariam ligados, via rede telefónica militar, os sistemas de alarme colocados nas UU/EE/OO e que ao serem accionados, possibilitaria a esta Central de Controlo de tomar os procedimentos tidos por mais correctos, que passariam pela informação rápida aos responsáveis pela instalação em questão e o envio ao local de uma força militar. A aquisição destes equipamentos, para todas as UU/EE/OO, que dele necessitem, deveria ser feita de uma forma centralizada, garantindo assim um modelo semelhante para todo o Exército facilitando e optimizando, quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista financeiro. A montagem e manutenção ficariam a cargo da EMEL, que para o efeito teria de ser reforçada em meios humanos. Considera-se como verdadeira a **quarta hipótese**, o vector humano é fundamental e o vector tecnológico dá um apoio de grande utilidade na segurança militar.

Mas para preencher os lugares de controlo existe a necessidade de meios humanos. A **quinta hipótese** contempla que estes lugares sejam ocupados apenas por militares. Em virtude do fim do Serviço Efectivo Normal, os recursos humanos destinados a este tipo de funções foi reduzido drasticamente levando algumas entidades a efectuar contratos de prestação de serviços com empresas civis de Segurança. Apesar deste serviço passar a ser feito assim por profissionais, considera-se que dada a especificidade da Instituição militar, esta não pode e não deve estar dependente de terceiros para garantir a segurança das suas instalações. A guarda das mesmas, nomeadamente aquelas consideradas críticas, como paióis e arrecadações de material de guerra tem de continuar a ser garantida por militares devidamente instruídos para o efeito. As instalações em que a ameaça é menor a segurança poderá ser feita por este tipo de empresas, apenas e só, na falta de pessoal militar. Conclui-se assim que, considerando as vantagens e inconvenientes destas duas formas de garantir o mesmo serviço, a situação ideal é que todo ele pudesse ser garantido por militares. Dado não ser possível esta situação há que, primeiro concentrar as Unidades, e depois estabelecer critérios sobre quais as UU/EE/OO que poderão recorrer a esses serviços e quais as que deverão continuar a ser garantidas por militares. Desde logo parece evidente que todas que possuam material de guerra como armamento, munições e explosivos, e documentos com informação classificada de grau MUITO SECRETO e SECRETO, a segurança continue a ser feita por militares com a devida formação. As outras instalações, nomeadamente os Órgão e alguns Estabelecimentos poderão recorrer, dentro das suas possibilidades dado os elevados custos, à contratação deste tipo de serviços. Esta contratação também poderia ver os seus custos reduzidos se for feita de uma forma centralizada e por concurso público.



No que concerne à **sexta hipótese** conclui-se que esta não se verifica. Ao nível das praças não existe qualquer formação nesta área e urge resolver esta situação. A criação de formação nesta área, não só garante um serviço mais eficaz como pode ser considerado mais um incentivo aos jovens que prestam serviço no Exército, se for feita nos moldes descritos.

Assim e no intuito de responder à questão central poderemos resumir o seguinte:

- É vantajosa a manutenção de uma célula no EME, vinculada à DIM, para apoio ao CEME;
- O Canal Técnico pode-se iniciar numa Unidade dependente do Comando Operacional das Forças Terrestres;
- O vector humano é fundamental, embora consideremos de grande auxílio e uma mais valia a implementação de sistemas de segurança electrónicos;
- A segurança das instalações deve ser feita preferencialmente por pessoal militar, em detrimento de empresas civis de segurança privada, mas garantindo aos militares a formação adequada;

Em face das apreciações acima expostas, dá-se por concluído este trabalho.



PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES

Tendo em conta as conclusões a que chegámos relativamente à forma como se efectua a Segurança Militar nas UU/EE/OO do Exército, considerámos ser de propor/recomendar um conjunto de medidas, que no nosso entender poderão criar condições para uma melhoria da mesma. Assim propomos/recomendamos:

- Melhorar a Cultura de Segurança, através de conferências, palestras, publicações internas, entre outras formas, com o objectivo de transmitir a necessidade da segurança;
- Manutenção de uma célula de Segurança na EME, na dependência da DIM conforme a opção 2 apresentada no Capítulo 3;
- A criação de Secções de Informações e Segurança nos Estados-Maiores dos OCAD e COFT;
- Montagem de sistemas de segurança electrónica de vigilância e anti-intrusão nas UU/EE/OO de acordo com as soluções apresentadas;
- A criação de Centrais de Controlo do Exército à qual estariam conectados os sistemas de segurança electrónicos das UU/EE/OO que não possam garantir a sua segurança nos períodos de actividade reduzida. Esta central disporia de uma força militar com mobilidade, capaz de se deslocar em tempo útil sempre que um alarme for accionamento, ou contactar a Unidade mais próxima do local do alarme para o envio de uma força militar ao local.
- Criação de um curso de formação na área da segurança para a categoria das praças, nos moldes apresentados.



BIBLIOGRAFIA

Livros:

- CARDOSO, General Pedro Alexandre Gomes.- **As Informações em Portugal**
Gradiva/Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, Março 2004.
- SANTOS, General José Alberto Loureiro dos.- **Convulsões o Ano III da “Guerra” ao Terrorismo. Reflexões sobre Estratégia IV**, Publicações Europa América, Mem Martins, Abril 2004

Livros Militares:

- **Regulamento de Campanha – Informações (Informação e Contra-Informação)** – Ministério do Exército – 1966
- **Instruções de Segurança Militar no Exército** – Estado-Maior do Exército – 1968
- **Guia do Oficial de Segurança** – Estado-Maior do Exército – 1982
- **Instruções para a Segurança Militar – Salvaguarda e Defesa de Matérias Classificadas** – Estado-Maior General das Forças Armadas – 1986
- **Regulamento Geral do Serviço nas Unidades do Exército** – Estado-Maior do Exército – 1986
- **Regulamento de Campanha OPERAÇÕES – RC 130-1 Volume I** – Estado-Maior do Exército – 1987
- **Abreviaturas Militares – RC 159-2** – Estado-Maior do Exército – 1988
- **Regulamento para a Inspeção no Exército – RAD 95** – Inspeção Geral do Exército - 1996

Legislação:

- Decreto-lei n.º 35/04 – **Regula o exercício da actividade de segurança privada** – «D. R. I Série – A» 44 (2004-02-21) 932-941
- Decreto Regulamentar n.º 48/93 – **Lei Orgânica do Estado-Maior General das Forças Armadas** – «D. R. I Série – A» 48 (1993-2-26) 807-815
- Decreto Regulamentar n.º 50/93 – **Lei Orgânica do Estado-Maior do Exército** – «D. R. I Série – A». 48 (1993-2-26) 830-845
- Decreto Regulamentar n.º 42/94 – **Gabinete CEME, atribuições, organização e competências** - «D. R. I Série – B». 203 (1994-9-2) 5156



- Decreto Regulamentar n.º 43/94 – **Estado-Maior do Exército – atribuições, organização e competências** - «D. R. I Série – B». 203 (1994-9-2) 5156-5164
- Decreto Regulamentar n.º 44/94 – **Comando Pessoal, Logística e Instrução – atribuições, organização e competências** - «D. R. I Série – B». 203 (1994-9-2) 5164-5181
- Decreto Regulamentar n.º 46/94 – **INSPECÇÃO Geral do Exército - atribuições, organização e competências** – «D. R. I Série – B». 203 (1994-9-2) 5182-5183
- Decreto Regulamentar n.º 47/94 – **Comandos Territoriais, Comando das Tropas Aerotransportadas, Unidades Territoriais, Estabelecimentos, Órgãos Territoriais, Campos de Instrução – atribuições, organização e competências** –«D. R. I Série – B». 203 (1994-9-2) 5183-5189
- Decreto Regulamentar n.º 48/94 – **Comando Operacional das Forças Terrestres, outros Comandos Operacionais, Unidades e grandes Unidades de natureza Operacional – atribuições, organização e competências** – «D. R. I Série – B». 203 (1994-9-2) 5189-5191
- Portaria n.º 1325/2001 – **Princípios referentes à formação profissional inicial do pessoal de vigilância** – «D. R. I Série –B» 280 (2001-12-4) 7734-7736

Outra Documentação:

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/89 – **Normas para a segurança nacional, salvaguarda e defesa das matérias classificadas, segurança industrial, tecnológica e de investigação (SEGNAC 2)** – «D. R. I Série –B» 245 (1989-10-24) 4672-4689

Documentos Militares:

- Directiva n.º01/90 – Normas Reguladoras dos Estados de Segurança, EME/DO/3ªRep de 31Jan90
- Directiva n.º193/03 – Directiva para a transformação do Exército, CEME, 14Out03
- Despacho n.º14/94 – Credenciações nacionais, CEME, 02Fev94
- Informação n.º70/96 – Competência de credenciação, DIM/EME, de 06Mai96



- Nota n.º 1560 – Objectivos Globais do Exército 2003/2008 – Plano de Actividades de médio prazo (PGAMP), DIM/EME, 03Jun03
- Relatório Final de Projecto – Sistema Integrado de Vigilância Electrónica, EMEL Jun03
- Circular n.º04/2004, Ajudas de custo por deslocação em território nacional – pessoal militar, ChAT, 09MAR04

Sites na Internet:

- www.exercito.pt (02Set04)
- www.emgfa.pt (02Set04)
- www.sis.pt/seg_int/Sl.htm (13Nov03)
- www.mai.gov.pt (15Jul04)
- www.2045sa.pt (14Set04)
- www.prosegur.pt (14Set04)
- www.cultkitsch.org/~jubadio/NeO/segur.htm (13Nov03)

Intranet:

- Legislação com interesse militar
 - o Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa – Lei n.º 30/1984
 - o Orgânica do SIEDM – Decreto-lei – n.º 254/1995
 - o Orgânica do SIS – Decreto-lei – n.º225/1985
- Plano de Formação Anual 2004

Outros Documentos de consulta:

- US Army FM 3-19.30 “Physical Security”
- C-M (2002) 49 “Security within the North Atlantic Treaty Organization” (NATO), NATO, 17Jun02
- C-M (2002) 50 “Protection measures for NATO civil and military bodies deployed NATO forces and installations (assets) against terrorist threats”, NATO, 17Jun02



Anexos



Anexo A - Articulado do PERINTREP do DIM/EME

1.SITUAÇÃO EXTERNA

Áreas de influência

2.SEGURANÇA MILITAR

- a. Situação
- b. Actividades ilegais, inconvenientes e suspeitas
- c. Detalhe da segurança militar
- d. Elementos de informação adicionais
- e. Estado de espírito do pessoal

3.ASPECTOS MAIS RELEVANTES REFERENTES AO PERÍODO

- a. Relativos à situação externa
- b. Relativos à situação interna

4.ORIENTAÇÃO DO ESFORÇO DE PESQUISA

Anexos:

- Situação Externa
- Detalhe da Segurança Militar



Anexo B - Articulado do PERINTREP da RM/ZM

1. INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA MILITAR

a. Actividades ilegais, inconvenientes e suspeitas

1) Relativas Segurança do Pessoal

- a) Actividade panfletária
- b) Consumo e tráfico de droga
- c) Controlo de documentos
- d) Controlo de deserções
- e) Acidentes com armas de fogo
- f) Disparos fortuitos
- g) Acidentes no decorrer de exercícios físicos e instrução
- h) Acidentes de viação
- i) Diversos

b. Atitudes inconvenientes de militares

- 1) Individuais
- 2) Colectivas

c. Atitudes contra militares

- 1) De organizações
- 2) Anónimas suspeitas

d. Segurança do material e instalações

- 1) Segurança do material
- 2) Roubos/extravio de material de guerra
- 3) Danos/sabotagens
- 4) Achados/recuperação de material de guerra
- 5) Apreensão de armamento
- 6) Desvio de fardamento
- 7) Falsificação de documentos
- 8) Segurança das instalações
 - a) Quebras violações de segurança
 - b) Atitudes suspeitas



e. Segurança das informações

f. Segurança das transmissões

1) Redes rádio

2) Mensagens

g. Elementos de informação adicionais

2. ESTADO DE ESPÍRITO DO PESSOAL

a. Motivações

1) Positivas

2) Negativas

b. Factores indicadores detectados

c. Avaliação do estado de espírito do pessoal

3. ORIENTAÇÃO DO ESFORÇO DE PESQUISA

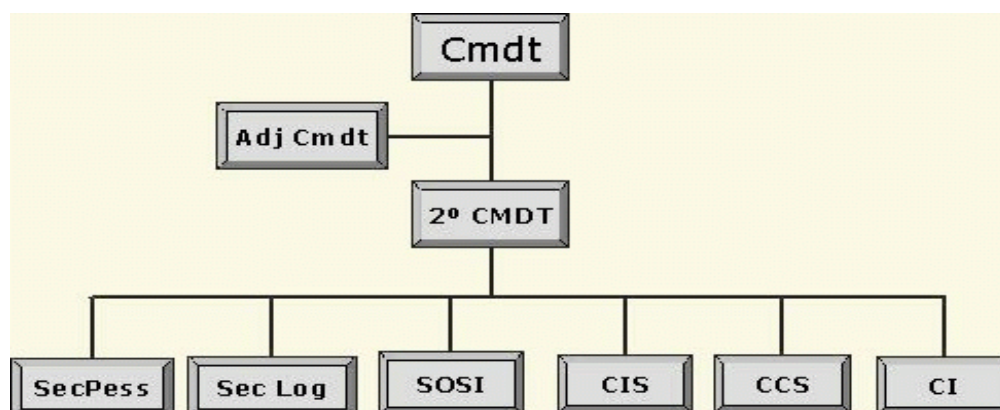
Anexos:

- Consumo de droga (Distribuição de casos positivos por unidade)
- Controlo de droga (Distribuição de casos positivos por tipo de droga nas Un da região)
- Extravio de CIM e BIM (por unidades da Região)
- Controlo de deserções, apresentações e capturas
- Mapa comparativo de ocorrências no âmbito da segurança militar



Anexo C - Organograma, Missão e Atribuições do BISM

1. ORGANOGRAMA



Legenda:

SOSI – Secção de Operações, Informações e Segurança
CIS – Centro de Informações e Segurança

2. MISSÃO

- Ministra a instrução aos efectivos que, para o efeito, lhe forem atribuídos, servindo quando necessário, de Centro de Instrução Nacional e ou Regional, das especialidades que lhe forem determinadas.
- Ministra cursos de qualificação e actualização a militares do QP, de acordo com o Plano de Tirocínios, Estágios e Cursos do PTEC, e outros que lhe forem superiormente cometidas.
- Assegura a investigação e o estudo das actividades de criptologia.
- Apoia a Divisão de Informações do EME, assegurando a execução das actividades de Informações e Contra-Informação Militares, no âmbito de SIM do Exército.
- Prepara e executa a convocação e mobilização militar dos cidadãos na citação de reserva e disponibilidade e organiza subunidades operacionais para satisfazer as necessidades do sistema de forças terrestres, conforme lhe for determinado em planos de mobilização a definir.



3. ATRIBUIÇÕES

- Ministar a instrução de Formação a um efectivo que não exceda, uma sub-unidade de escalão companhia, a três pelotões.
- Organizar e treinar Destacamentos de Informações e Segurança Militar, em número variável, para atribuição às Rep/Sec de Informações de GU, dentro dos prazos superiormente determinados.
- Realizar cursos e estágios para Oficiais e Sargentos do QP, no âmbito das Informações e Segurança Militar.
- Assegurar a pesquisa e o processamento de notícias, no âmbito das Informações e Contra-Informação Militares.
- Estabelecer as normas e critérios que devem orientar a aquisição, produção, operação e manutenção dos sistemas de criptografia, tendo em vista a maximização da sua segurança.
- Adquirir, produzir, registar, guardar, conservar, preparar e distribuir o material e documentação cripto a utilizar pelo Exército.
- Definir as normas gerais relativas à segurança física do material e instalações cripto e supervisionar a sua execução.
- Executar as actividades administrativas inerentes à gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros que lhe forem atribuídos.

Fonte: http://www.exercito.pt/portal/exercito/_specific/public/allbrowsers/asp/projuorg.asp?stage=1



Anexo D - Fichas de Apresentação do Curso de Segurança

Oficiais e Sargentos

Fonte: Plano de Formação Anual 2004



FICHA DE APRESENTAÇÃO DE CURSO

Oficiais

Designação	Curso de Segurança Militar Oficiais		
Código	FEWO01P425	Classificação de Segurança	
Classificação do curso	Especialização		
Área de processamento	Repartição de Ensino/Direcção de Instrução/Comando da Instrução		
Destino	<ul style="list-style-type: none">> Oficial de Segurança das U/E/O> Adjunto do Oficial de Segurança das U/E/O		
Duração	Início	12Jan04	Fim 27Jan04
Vagas	Máximo	Exército- 18 GNR – 02	Mínimo 10
Número de horas/dia	6	Número total de dias	10
Local	Batalhão de Informações e Segurança Militar – BISM; Trafaria (Lisboa)		
Pré-requisitos	<ul style="list-style-type: none">> Exército, Marinha, Força Aérea, GNR, PSP> TCor, Maj.; Cap. ou Oficial Subalterno> Quadro Permanente> Qualquer Arma ou Serviço> Credenciação no grau de CONFIDENCIAL		
Condições de colocação	Nas unidades de origem		
Vínculos			
Consequências de Aprovação/reprovação/exclusão	Impossibilidade de desempenho de funções decorrentes dos QO das U/E/O; As constantes em legislação, designadamente: RDM (art.º 4º, deveres 9º e 27º); EMFAR (art.º 199º, n.º 3, e 200º); e NNCMQP		
Palestras/Estágios/Visitas/Exercícios	Inspeção de Segurança a realizar a U/E/O do Governo Militar de Lisboa (GML).		
Custo total/Instruendo	Custos em Euros	1829,45 €	
Objectivo Final	Habilitar oficiais com os conhecimentos perícias e atitudes, necessários para o desempenho de funções de Oficial de Segurança e de Adjunto do Oficial de Segurança de uma U/E/O		



FICHA DE APRESENTAÇÃO DE CURSO

Sargentos

Designação

Curso, Segurança Militar Sargentos

Código

FEWS01P422

Classificação de Segurança

CONFIDENCIAL

Classificação do curso

Especialização

Área de processamento

Repartição de Ensino/Direcção de Instrução/Comando da Instrução

Destino

Desempenho das funções no âmbito das Informações e Segurança Militar, previstas no QO BISM 5.8400 de 12Out93:

- Sargento de Info Imagem
- Sargento de Info Humana
- Sargento de Informações
- Sargento de Material Criptográfico
- Sargento de Segurança Militar Física
- Sargento de Segurança Militar Operações
- Sargento de Segurança Militar Anti-Escuta
- Sargento de Análise
- Sargento de Criptologia
- Sargento de Segurança Criptográfica
- Adjunto de Intercepção
- Adjunto de Escuta
- Auxiliar de Info Humana
- Auxiliar de Info das Transmissões
- Auxiliar Segurança Militar
- Auxiliar Segurança das Comunicações

Duração

Início

12Jan04

Fim

27Jan04

Vagas

Total

15

Mínimo

05

Número de horas/dia

07

Número total de dias

10

Local

Batalhão de Informações e Segurança Militar – BISM; Trafaria (Lisboa)

Pré-requisitos

- Exército, Marinha, Força Aérea, GNR, PSP
- SCH/SAj/1ºSarg/2 QAS do Quadro Permanente ou equivalência de postos
- Credenciação no grau de CONFIDENCIAL
- Antiguidade

Condições de colocação
Vínculos

Nas unidades de origem

Consequências de
Aprovação/reprovação/
exclusão

Impossibilidade de desempenho de funções decorrentes dos QO das U/Eº



Palestras/Estágios/Visitas/Exercícios

--

Custo total/Instruado

Custos em Euros

1.142,60 €

Objectivo Final

Habilitar os sargentos com conhecimentos perícias e atitudes necessárias para o desempenho das seguintes funções:

- Sargento de Info Imagem
- Sargento de Info Humana
- Sargento de Informações
- Sargento de Material Criptográfico
- Sargento de Segurança Militar Física
- Sargento de Segurança Militar Operações
- Sargento de Segurança Militar Anti-Escuta
- Sargento de Análise
- Sargento de Criptologia
- Sargento de Segurança Criptográfica
- Adjunto de Intercepção
- Adjunto de Escuta
- Auxiliar de Info Humana
- Auxiliar de Info das Transmissões
- Auxiliar Segurança Militar
- Auxiliar Segurança das Comunicações



Anexo E – Medidas a implementar nos diferentes Estados de Segurança

Fonte: Directiva n.º 01/90 – NORMAS REGULADORAS DOS ESTADOS DE SEGURANÇA



Os Estados de Segurança são quatro: **ALFA**, **BRAVO**, **CHARLIE** e **DELTA** e que são implementados quando, as medidas já adoptadas pelas UU/EE/OO são consideradas insuficientes perante determinada ameaça.

1. Estado de Segurança **ALFA**

É declarado o Estado de Segurança **ALFA** sempre que existam casos de ameaça geral de possíveis acções violentas contra instalações ou elementos militares, cuja natureza e alcance são impossíveis de prever, e quando as circunstancias não justifiquem a aplicação do conjunto de medidas do Estado de Segurança **BRAVO**. Pode, no entanto, ser necessário aplicar simultaneamente certas medidas do Estado de Segurança **BRAVO**, tendo em conta dados de informação ou a título de dissuasão. As medidas deste Estado de Segurança devem ser mantidas em permanência.

Medidas gerais a adoptar:

- A01 – Chamar periodicamente a atenção de todo o pessoal para a necessidade de estar atento e vigilante relativamente a desconhecidos, especialmente quando transportem malas ou qualquer outra espécie de bagagem, a veículos não identificados que circulem ou se encontrem na periferia ou no interior das instalações, a embrulhos ou malas abandonadas e a qualquer outra actividade estranha.
- A02 – Manter permanentemente disponível o Oficial de Segurança ou o seu substituto, tendo em vista a eventual aplicação dos planos de segurança relativos à evacuação dos edifícios e áreas de serviço e isolar os sectores atingidos por uma explosão ou atentado. Manter disponível o pessoal chave à existência dos planos de segurança.
- A03 – Proteger os edifícios, gabinetes, salas e armários que não são utilizados regularmente.
- A04 – Aumentar o número de controlos pontuais de segurança de veículos e pessoas que tenham acesso às instalações e aos sectores não classificados como áreas de segurança.
- A05 – Limitar o número de pontos de acesso para veículos e pessoas ao mínimo aceitável para que a circulação se faça com razoável fluidez.



A06 – Aplicar uma das seguintes medidas do Estado de Segurança BRAVO de forma individualizada e irregular, a título dissuasor:

- a. Proteger e inspeccionar frequentemente todos os edifícios, gabinetes, salas e armários que não são regularmente utilizados (B25).
- b. Inspeccionar regularmente e frequentemente, no mínimo no início e final de cada dia de serviço, o interior e o exterior dos edifícios utilizados, com a finalidade de detectar qualquer actividade ou volumes suspeitos (B26).
- c. Verificar as entregas aos clubes, às salas e às messes (B28).
- d. Reforçar a vigilância dos alojamentos, messes, salas e qualquer outro pronto vulnerável, a fim de melhorar a dissuasão, bem como a protecção e a confiança do pessoal, em especial o potencialmente visado (B29).

A07 – Rever o conjunto dos planos e instruções respeitantes ao pessoal e às necessidades logísticas inerentes à passagem aos Estados de Segurança seguintes.

A08 – Tomar as medidas adequadas à segurança das entidades e militares que pelo cargo ou função que desempenham possam constituir-se em alvos remuneradores.

A09 – Tomar as medidas de segurança adequadas relativamente aos familiares dos militares, em todas as suas actividades, quando aplicável.

A10 – Informar todo o pessoal da situação geral de forma a eliminar boatos e evitar alarme.

A11 – A19 Reserva

2. Estado de Segurança **BRAVO**

É declarado o Estado de Segurança **BRAVO** quando se considere existir uma crescente possibilidade de acção violenta contra instalações ou elementos militares, e possam ser identificadas as modalidades de ameaça. Deve ser possível manter este Estado de Segurança durante várias semanas sem que daí resultem dificuldades excessivas ou seja afectada a capacidade operacional

B20 – Manterem vigor todas as medidas do estado ALFA, ou pô-las em execução caso ainda não o tenham sido.

B21 – Repetir frequentemente a medida A01 e avisar todo o pessoal da possibilidade de ocorrência de acções violentas.



- B22 – Manter disponível todo o pessoal que participe na execução dos planos contra acções violentas.
- B23 – Verificar os planos respeitantes à aplicação das medidas previstas para os Estados de Segurança seguintes.
- B24 – Afastar pelo menos 25 metros dos edifícios, particularmente dos que se revestem de carácter sensível ou de prestígio, os veículos automóveis e objectos, tais como, caixotes do lixo, etc. Considerar um sistema de estacionamento centralizado.
- B25 – Proteger e inspeccionar frequentemente todos os edifícios, gabinetes, salas e armários que não são regularmente utilizados.
- B26 – Inspeccionar regularmente e frequentemente, no mínimo no início e final de cada dia de serviço, o interior e o exterior dos edifícios utilizados, com a finalidade de detectar qualquer actividade ou volumes suspeitos.
- B27 – Examinar cuidadosamente todo o correio, com a finalidade de detectar quaisquer eventuais embrulhos ou cartas armadilhadas. (Reforço do controlo em relação à situação normal).
- B28 – Verificar as entregas aos clubes, às salas e às messes.
- B29 – Reforçar a vigilância dos alojamentos, messes, salas e qualquer outro pronto vulnerável, a fim de melhorar a dissuasão, bem como a protecção e a confiança do pessoal, em especial o potencialmente visado.
- B30 – Informar as Forças de Segurança locais, com a possível antecedência, da natureza e da justificação de qualquer medida tomada.
- B31 – Controlar a entrada dos visitantes e, por amostragem, as suas malas, embrulhos e outras bagagens. (Reforço do controlo em relação à situação normal).
- B32 – Efectuar patrulhas e rondas no interior das instalações, destinadas ao controlo de veículos, pessoas e edifícios.
- B33 – Proteger os transportes de pessoas e bens para o exterior das instalações de acordo com os planos pré-estabelecidos. Recordar aos condutores que devem fechar à chave os veículos estacionados e efectuar uma verificação atenta à viatura antes de nela entrar e iniciar a marcha.
- B34 – B39 – Reserva.



3. Estado de Segurança **CHARLIE**

É declarado o Estado de Segurança **CHARLIE** em casos de ocorrência de acção violenta contra instalações ou elementos militares ou quando dados de informação indiquem como provável a realização a qualquer momento de acção violenta contra instalações ou elementos militares. A manutenção deste Estado de Segurança para além de um período limitado, causará provavelmente dificuldades e afectará as actividades de tempo de paz das unidades e do seu pessoal.

- C40 – Manter em vigor todas as medidas do estado BRAVO, ou pô-las em execução, caso ainda não o tenham sido.
- C41 – Manter disponível no local de trabalho todo o pessoal responsável pela execução dos planos contra acções violentas.
- C42 – Limitar ao mínimo os pontos de acesso.
- C43 – Controlar as entradas de forma rigorosa e passar em revista uma percentagem de veículos.
- C44 – Impor um sistema de estacionamento centralizado dos veículos, os quais devem ser afastados dos edifícios que apresentem um carácter sensível.
- C45 – Distribuir armas a todo o pessoal de segurança. (As instruções locais devem incluir disposições especiais para a distribuição de munições).
- C46 – Reforçar o dispositivo de segurança das instalações (sentinelas, patrulhas e rondas).
- C47 – Proteger todos os pontos considerados vulneráveis e preparar a ocupação dos que não se encontram no interior dos estabelecimentos militares. Para esse fim forças previstas nos planos de defesa de cada unidade destinadas à segurança de pontos sensíveis militares exteriores, cuja responsabilidade lhe esteja atribuída, passaram à prontidão de 6 horas.
- C48 – Instalar rampas e chicanas para controlar a circulação de veículos.
- C 49 – C 59 Reserva.



4. Estado de Segurança **DELTA**

Por ultimo é declarado o Estado de Segurança, mais elevado, **DELTA** nas instalações militares situadas nas imediações de local atingido por acção violenta ou quando dados de informações indiquem como muito provável uma acção violenta contra essas instalações militares. Normalmente é difundido como um aviso, tendo em consideração um local ou área determinada

- D60 - Manter em vigor todas as medidas dos estados BRAVO e CHARLIE, ou pô-las em execução, caso ainda não o tenham sido.
- D61 – Guarnecer os pontos sensíveis militares ameaçados com dispositivos de segurança imediata e próxima, conforme os planos estabelecidos.
- D62 – Reforçar os dispositivos de segurança de acordo com as necessidades.
- D63 – Identificar todos os veículos que já se encontrem no perímetro da instalação e revistar todos os que pretendam lá entrar, assim como a sua carga.
- D64 – Inspeccionar todas as malas, pastas, embrulhos, etc introduzidos no complexo ou instalação.
- D65 – Tomar medidas para controlar o acesso a todas as áreas de segurança e sensíveis.
- D66 – Controlar frequentemente o exterior dos edifícios e os parques de estacionamento.
- D67 – Reduzir ao mínimo os deslocamentos e visitas de carácter administrativo.
- D68 – Coordenar com as autoridades locais e eventual encerramento ao trânsito de vias públicas (e militares) que possam tornar as instalações vulneráveis a acções violentas.
- D69 – D79 Reserva



Anexo F - Portaria 1325/2001 de 04/DEC



Anexo G - Requisitos para os equipamentos electrónicos

Fonte: Divisão de Informações Militares/Estado-Maior do Exército



REQUISITOS GERAIS

a. Sistemas de Detecção de Intrusão

- (1) Este sistema de alarme terá que ser instalado de forma a que não seja possível evitá-lo deliberadamente;
- (2) O seu controlo terá que ser centralizado numa sala onde se encontre, permanentemente, o número suficiente de militares de segurança (por exemplo, casa da guarda), para que possam reagir eficazmente ao alerta;
- (3) Os sistemas de detecção deverão possuir as seguintes características mínimas:
 - (a) Alertar a central de controlo de qualquer tentativa de intrusão ou de qualquer deficiência dos equipamentos;
 - (b) Não pode ser influenciável por pequenos animais, vibrações e alterações climatéricas;
 - (c) Oferecer resistência às tentativas de arrombamento;
 - (d) Possuir um meio de transmissão seguro do sinal de alarme para um telefone e/ou rádio;
 - (e) Possuir um sistema de alerta triplo: luz, som e telefone;
 - (f) Possuir um sistema de detecção e de disparo;
 - (g) Possuir um sistema eléctrico ou electrónico, avisador de falhas de funcionamento ou de tentativas de neutralização de forma denunciar variações de corrente da linha de apenas 5%;
 - (h) Possuir uma fonte de energia alternativa protegida.

b. Sistemas de Controlo de Acessos

- (1) Este sistema só deverá ser utilizado nas áreas de segurança de Classe 1, observando-se o "princípio da necessidade de entrar", isto é, só poderão ter acesso a uma determinada área, as pessoas que, devido às funções que desempenham, têm necessidade de nela penetrar.
- (2) Independentemente do meio técnico utilizado, o sistema de controlo de acessos deverá possuir as seguintes características mínimas:
 - (a) Alertar a central de controlo de qualquer tentativa de acesso de pessoas não identificadas ou não autorizadas, ou ainda, de qualquer deficiência dos equipamentos;
 - (b) Não permitir o acesso a pessoas não identificadas ou não autorizadas;



- (c) Permitir o registo e a consulta de todos os acessos;
- (d) Possuir capacidade de evoluir para outros fins;
- (e) Possuir capacidade de salvaguardar situações de indisponibilidade do servidor central;
- (f) Possuir protecção contra curto-circuitos;
- (g) Possuir protecção contra escutas da transferência de dados, através da utilização de sinais codificados com alteração contínua;
- (h) Possuir protecção contra infiltrações de água e humidade;
- (i) Possuir protecção contra o vandalismo;
- (j) Possuir um sistema de controlo de acessos que valide, em simultâneo, a identificação e o perfil do utente;
- (k) Possuir um sistema eléctrico ou electrónico, aviador de falhas de funcionamento ou de tentativas de neutralização de forma denunciar variações de corrente da linha de apenas 5%;
- (l) Possuir uma fonte de energia alternativa protegida.

c. Sistema de Vigilância Vídeo

- (1) Este sistema deverá ser utilizado, preferencialmente, na vigilância do perímetro da UU/EE/OO ou em complemento de outro sistema de segurança, nomeadamente, do controlo de acessos das áreas de segurança de Classe 1.
- (2) Independentemente do meio técnico utilizado, o sistema de vigilância vídeo deverá possuir as seguintes características mínimas:
 - (a) Alertar a central de controlo de qualquer tentativa de intrusão ou de qualquer deficiência dos equipamentos;
 - (b) Não ser influenciável por pequenos animais, vibrações e alterações climáticas;
 - (c) Permitir o registo e consulta de todas as imagens;
 - (d) Possuir a capacidade de gravar 192 horas sem interrupção;
 - (e) Possuir a capacidade de iluminar as áreas visionadas;
 - (f) Possuir a capacidade de programar o visionamento;
 - (g) Possuir a capacidade de visionamento simultâneo de 4 câmaras;
 - (h) Possuir capacidade de focagem automática, em qualquer situação climática;
 - (i) Possuir capacidade de salvaguardar situações de indisponibilidade do servidor central;
 - (j) Possuir capacidade de visão nocturna;



- (k) Possuir capacidade para, automaticamente e simultaneamente, detectar, alertar e registar quaisquer intrusões em qualquer zona do perímetro;
- (l) Possuir protecção contra curto-circuitos;
- (m) Possuir protecção contra infiltrações de água e humidade;
- (n) Possuir protecção contra o vandalismo;
- (o) Possuir um meio de transmissão seguro do sinal de alarme;
- (p) Possuir um sistema eléctrico ou electrónico, avisador de falhas de funcionamento ou de tentativas de neutralização de forma denunciar variações de corrente da linha de apenas 5%;
- (q) Possuir uma fonte de energia alternativa protegida.

d. Central de Controlo de Segurança

A Central terá que ser estruturada e instalada num local que obedeça à legislação de segurança e higiene no trabalho e os equipamentos terão que ser adequados às tarefas exigidas aos operadores da mesma.